

The image features a background photograph of two soldiers in camouflage uniforms and green berets standing next to a large pile of ivory tusks. The tusks are stacked and some have handwritten markings. The sky is overcast. The ADF logo is positioned at the top left, with the letters 'a', 'd', and 'f' in white on a dark background, and 'AFRICA', 'DEFENSE', and 'FORUM' in white on a lighter background below them.

a d f

AFRICA

DEFENSE

FORUM

TRAFICANTES PILHAM RECURSOS INSUBSTITUÍVEIS

Países Debatem Tratamento de
Reservas de Animais Selvagens

Países Trabalham para Proteger
as Fronteiras

PLUS

Uma Conversa com o Major-General Richard Addo Gyane,
Comandante do KAIPTC

VISITE-NOS EM ADF-MAGAZINE.COM

reportagens

- 8 'O Vencedor Leva Tudo'**
No Sudão, o controlo militar da economia conduziu à guerra
- 14 Piratas Informáticos Atacam Ganhos Cibernéticos**
Governos tentam impedir ataques digitais investindo na segurança cibernética e promovendo a transparência
- 20 'Sempre Acreditei num Soldado Instruído'**
Uma conversa com o Major-General Richard Addo Gyane, Comandante do Centro Internacional de Formação para a Manutenção da Paz Kofi Annan
- 24 Recuperando Fronteiras**
Especialistas procuram soluções para travar os extremistas e traficantes que exploram regiões fronteiriças negligenciadas
- 32 Marinhas do Golfo da Guiné Recorrem a Drones para Vigilância**
Perante uma multiplicidade de ameaças e recursos limitados, os países encaram drones como um multiplicador de forças
- 38 Um Mundo de Problemas**
Grupos de crime organizado, como o Black Axe, começam localmente, mas têm um alcance internacional
- 44 Pilhando a Generosidade da Natureza**
Na República Centro-Africana, o roubo de madeira valiosa alimenta a insegurança
- 50 Reservas da Vida Selvagem em Risco**
Aumentam as dúvidas sobre o que os países devem fazer com o marfim confiscado

56

colunas

4 Pontos de Vista

5 Perspectiva Africana

6 África Hoje

30 Batimento Cardíaco Africano

56 Ferramentas da Profissão

58 Força Futura

60 Defesa e Segurança

62 Manutenção da Paz

64 Trabalho em Equipa

66 Retrospectiva

67 Onde Estou?



**A Africa Defense Forum
está disponível online**

Por favor, visite-nos em
adf-magazine.com



NA CAPA

Os traficantes estão a pilhar recursos naturais, como este marfim, que os guardas-florestais do Serviço de Vida Selvagem do Quênia estão a preparar para destruir. Profissionais de segurança procuram novas formas de eliminar as redes criminosas.

THE ASSOCIATED PRESS

Muitos países africanos estão a lutar contra o flagelo do tráfico ilícito. O comércio ilegal de drogas, armas, minerais e vida selvagem alimenta a instabilidade. Além disso, priva os Estados de receitas fiscais e destrói recursos naturais insubstituíveis.

As redes estão espalhadas por todo o mundo. Os traficantes de droga sul-americanos utilizam a África Ocidental como rota para transportar os estupefacientes para a Europa e a Ásia. As organizações mafiosas chinesas transportam a madeira, a vida selvagem e os minerais de África para os mercados asiáticos. O Grupo Wagner, da Rússia, tem negociado acordos com os governos dos países anfitriões para permitir a exploração de recursos naturais em troca de promessas de segurança.

Um relatório da organização de investigação sobre o crime transnacional ENACT concluiu que 61% das pessoas em África vivem num país com elevados níveis de crime organizado.

O problema está a aumentar. No seu relatório de 2021, o projecto ENACT estudou 10 crimes, incluindo o tráfico de seres humanos, de armas e de droga, bem como o roubo de minerais, da fauna e da flora selvagens. Concluiu que todos os crimes, excepto um — o tráfico de heroína — estavam a aumentar.

O tráfico concentra-se em países com segurança limitada nas fronteiras e corrupção endémica. A África Central, onde a guerra deixou vastas áreas efectivamente sem lei, é a região com o maior crescimento do tráfico ilícito.

“O conflito proporciona um terreno fértil onde a criminalidade prospera,” escreveram os investigadores do ENACT.

O custo é enorme. Os fluxos financeiros ilícitos custam aos países africanos 50 bilhões de dólares por ano, de acordo com um relatório da União Africana. Os autores do relatório admitiram que o total estimado é provavelmente baixo.

Mas o prejuízo vai muito para além da perda de receitas. As redes criminosas provocaram um aumento das taxas de toxic dependência e de exploração dos jovens. Nalguns casos, traficantes poderosos cooptaram funcionários públicos, num processo conhecido como “captura do Estado.”

Nenhum país pode enfrentar estas ameaças sozinho. Os países devem partilhar informações e cooperar na aplicação da lei. As organizações internacionais de policiamento, Interpol e Afripol, coordenam esforços para ajudar a lançar uma rede alargada e apanhar os traficantes. Os programas destinados a melhorar a segurança dos portos marítimos, aeroportos e fronteiras dificultam o transporte de mercadorias pelos criminosos sem serem detectadas. As medidas de combate à corrupção garantem que os funcionários públicos e os profissionais da segurança sirvam as pessoas e não os traficantes.

Através de uma cooperação eficaz, os profissionais da segurança podem ajudar a garantir a circulação segura e legal de pessoas e bens, proteger os recursos naturais e reduzir a criminalidade transfronteiriça.

Equipa do Comando Africano dos Estados Unidos

Um membro da Agência Nacional de Combate às Drogas da Nigéria participa numa rusga a um laboratório de estupefacientes.

AFP/GETTY IMAGES



Redes Ilícitas

Volume 17, 1º Trimestre

COMANDO AFRICANO DOS ESTADOS UNIDOS



CONTACTOS:

U.S. AFRICA COMMAND

Attn: J3/Africa Defense Forum
Unit 29951
APO-AE 09751 USA

ADF.Editor@ADF-Magazine.com

**HEADQUARTERS
U.S. AFRICA COMMAND**

Attn: J3/Africa Defense Forum
Geb 3315, Zimmer 53
Plieningen Strasse 289
70567 Stuttgart, Germany

Africa Defense Forum (ADF) é uma revista militar profissional que serve como um fórum internacional para militares e especialistas em segurança em África. As opiniões expressas nesta revista não representam necessariamente as políticas ou pontos de vista deste comando ou de qualquer outra agência governamental dos EUA. Certos artigos são escritos pela equipa da ADF, e os créditos para outros conteúdos são anotados conforme necessário. A secretaria de defesa determinou que a publicação desta revista é necessária para difundir assuntos de natureza pública exigidos por lei ao Departamento de Defesa.

‘Um Compromisso de Parceria Igualmente Firme’



O Presidente da Nigéria, Bola Ahmed Tinubu, discursou no Debate Geral da 78.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, no dia 19 de Setembro de 2023. As suas observações foram editadas por questões de espaço e clareza.

AFP/GETTY IMAGES



Mineiros artesanais procuram cassiterita, um mineral que é o principal minério do estanho, em Manono, na República Democrática do Congo. Maus actores exploram frequentemente essas minas. AFP/GETTY IMAGES



No rescaldo da Segunda Guerra Mundial, as nações reuniram-se numa

tentativa de reconstruir as suas sociedades devastadas pela guerra. Nasceu um novo sistema global, e este grande organismo, as Nações Unidas, foi criado como símbolo e protector das aspirações e dos melhores ideais da humanidade.

As nações viram que era do seu próprio interesse ajudar os outros a sair dos escombros e dos destroços da guerra. Uma ajuda fiável e significativa permitiu que os países empobrecidos pela guerra se transformassem em sociedades fortes e produtivas.

Este período constituiu um ponto alto para a confiança nas instituições mundiais e para a convicção de que a humanidade tinha aprendido as lições necessárias para avançar na solidariedade e harmonia mundiais.

Actualmente e por várias décadas, a África tem vindo a pedir o mesmo nível de empenhamento político e de dedicação de recursos que caracterizou o Plano Marshall.

Não estamos a pedir programas e acções idênticos. O que procuramos é um compromisso igualmente firme de parceria. Procuramos reforçar a cooperação internacional com as nações africanas para alcançar a agenda 2030 e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

Há cinco pontos importantes que

gostaria de destacar:

1. Para que o tema deste ano tenha algum impacto, as instituições mundiais, as outras nações e os actores do sector privado devem considerar o desenvolvimento africano como uma prioridade, não só para África mas também no seu próprio interesse.
2. Temos de afirmar a governação democrática como o melhor garante da vontade soberana e do bem-estar dos povos. Os golpes militares são errados, tal como o é qualquer acordo político civil que perpetue a injustiça.
3. Toda a nossa região está envolvida numa batalha prolongada contra extremistas violentos. No meio do tumulto, formou-se um canal escuro de comércio desumano. Ao longo do percurso, tudo está à venda. Homens, mulheres e crianças são vistos como mercadorias.
No entanto, milhares de pessoas arriscam as areias quentes do Sahara e as profundezas frias do Mediterrâneo em busca de uma vida melhor. Ao mesmo tempo, mercenários e extremistas, com as suas armas letais e ideologias vis, invadem a nossa região a partir do norte.
4. O quarto aspecto importante da confiança e da solidariedade globais consiste em proteger as zonas ricas

em minerais do continente contra o roubo e o conflito. Muitas dessas zonas tornaram-se catacumbas de miséria e exploração.

O caos que se abateu sobre zonas ricas em recursos não respeita as fronteiras nacionais. Sudão, Mali, Burquina Faso, República Centro-Africana — a lista não pára de crescer.

5. As mudanças climáticas afectam gravemente a Nigéria e África.

As nações africanas vão lutar contra as mudanças climáticas, mas têm de fazê-lo nos nossos próprios termos. Para obter o consenso popular necessário, esta campanha deve estar em conformidade com os esforços económicos globais.

Em aspectos fundamentais, a natureza tem sido generosa com África, dando-lhe terras abundantes, recursos e pessoas criativas e trabalhadoras. No entanto, o homem tem sido demasiadas vezes indelicado para com o seu semelhante, e esta triste tendência tem trazido dificuldades contínuas às portas de África.

Para manter a fé nos princípios deste organismo mundial e no tema da assembleia deste ano, a pobreza das nações tem de acabar. A pilhagem dos recursos de uma nação por parte de empresas e povos de nações mais fortes tem de acabar. A vontade do povo deve ser respeitada. Este planeta belo, generoso e clemente deve ser protegido.



Investimentos Ajudam Costa do Marfim a Impedir Ataques Extremistas

EQUIPA DA ADF

A pesar de os extremistas violentos assolarem os seus vizinhos do norte, a Costa do Marfim tem-se defendido dos ataques terroristas graças à intervenção militar, ao reforço da segurança e ao investimento nas zonas fronteiriças.

“O objectivo é inverter a percepção das comunidades fronteiriças de que o Estado as abandonou,” o analista William Assanvo escreveu para o Instituto de Estudos de Segurança. “Se o fizerem, reduzirão o risco de serem explorados pelos insurgentes.”

Vários países do Golfo da Guiné têm uma dinâmica semelhante: a riqueza e o investimento económico concentram-se ao longo da costa, enquanto o norte tende a ser mais pobre e menos desenvolvido. Este desequilíbrio gera ressentimentos que colocam as regiões em risco de radicalização por parte de extremistas.

A Costa do Marfim enfrentou um ataque terrorista em Junho de 2021, quando um explosivo matou três soldados perto da comunidade fronteiriça de Tehini, no nordeste do país, perto do Burkina Faso. Antes disso, um ataque em 2020 a um posto de segurança em Kafolo, também perto do Burkina Faso, matou 10 pessoas.

Desde esses ataques, o governo da Costa do Marfim reforçou a presença militar e de segurança nos distritos de Savanes e Zanzan, que fazem fronteira com o Mali e o Burkina Faso. A Costa do Marfim continua a trabalhar com os seus vizinhos no âmbito da Iniciativa de Acra para detectar e desmantelar o terrorismo regional.

Um soldado da Costa do Marfim garante a segurança no lançamento de um vasto plano de ajuda aos jovens das regiões fronteiriças com o Mali e o Burkina Faso. AFP/GETTY IMAGES

Após o ataque de Grand Bassam em 2016, a Costa do Marfim investiu 137,2 milhões de dólares na luta contra o terrorismo. O financiamento estabeleceu programas para equipar e treinar unidades especiais de combate ao terrorismo, bem como outras medidas para reforçar os laços do governo com os residentes dos distritos do norte.

O programa investe na educação, nos cuidados de saúde e em infra-estruturas essenciais. O objectivo é também desenvolver estágios e outros empregos para cerca de 24.000 jovens, Touré Mamadou, ministro da promoção da juventude, da integração profissional e do serviço cívico, disse à emissora RTI.

O Banco Africano de Desenvolvimento disponibilizou 10,53 milhões de dólares em 2022 para ajudar a fornecer electricidade a 71.600 agregados familiares e a mais de 7.100 centros de negócios nos distritos de Savanes, Zanzan e Woroba. O programa faz parte de um esforço mais alargado para reduzir a pobreza no Norte e, por extensão, a radicalização.

O especialista em segurança, Fidel Amakye Owusu, do Gana, considera que a electrificação rural e os investimentos económicos como os da Costa do Marfim são cruciais para prevenir o terrorismo.



AFP/GETTY IMAGES

Presidente do Gana Procura Coligação Para Combater o Terrorismo na África Ocidental

AGÊNCIA FRANCE-PRESSE

O Presidente do Gana, Nana Akufo-Addo, apelou a uma “coligação global de democracias” para combater os grupos extremistas violentos na África Ocidental, que se têm vindo a espalhar para o sul, a partir do Sahel, em direcção ao Gana e aos seus vizinhos.

“A ameaça causada pelo terrorismo é tal que temos de partilhar o fardo da luta,” Akufo-Addo disse num discurso proferido em Outubro de 2023 em Washington, D.C., no Instituto da Paz dos EUA. “Este é o momento para uma coligação global de democracias, uma coligação de vontade, determinada a banir o espectro do terrorismo e do extremismo violento.”

Com os extremistas a controlar grandes áreas do Burquina Faso, do Mali e do Níger, os parceiros externos têm procurado ajudar o Gana e outros Estados costeiros da África Ocidental a reforçar as suas defesas.

Até agora, o Gana tem sido poupado da violência extremista directa, mas o Benin, a Costa do Marfim e o Togo têm sofrido ataques perto das suas fronteiras nos últimos anos.

O apelo do presidente a uma maior assistência em matéria de segurança surge numa altura em que a França e os Estados Unidos retiraram, nos últimos anos, a assistência em matéria de segurança ao Burquina Faso e ao Mali, devido à escalada da violência extremista e à tomada do poder pelas juntas militares. Um golpe de Estado no Níger, em Julho, significou a derrota de outro parceiro ocidental na região.

Mas Akufo-Addo disse que o Gana e outros países costeiros estão preparados para enfrentar os seus desafios de segurança. “As tropas da África Ocidental podem fazer o trabalho,” afirmou, elogiando a cooperação e a partilha de informações entre os países do Golfo da Guiné e do Sahel.

Em 2023, o Benin tinha comunicado mais de 20 incursões armadas desde 2021 e o presidente do Togo, em Abril de 2023, afirmou que 100 civis e 40 soldados tinham sido mortos em ataques jihadistas.

União Africana Adere ao G20 Como Membro Permanente

THE ASSOCIATED PRESS

O grupo das 20 principais economias do mundo acolheu a União Africana como membro permanente, o que representa um forte reconhecimento de África, numa altura em que os seus 54 países procuram desempenhar um papel mais importante na cena mundial.

“Parabéns a toda a África!,” afirmou o Presidente do Senegal, Macky Sall, o anterior presidente da UA que ajudou a promover a adesão. A UA defendeu a adesão plena durante sete anos, disse a porta-voz Ebba Kalondo. A África do Sul era o único membro do bloco do G20.

A adesão permanente ao G20 assinala a ascensão de um continente cuja população jovem de 1,3 mil milhões de pessoas deverá duplicar até 2050. Com a adesão plena ao G20, a UA pode representar um continente que alberga a maior zona de comércio livre do mundo. É também extremamente rico em recursos necessários para combater as mudanças climáticas. África possui 60% dos activos mundiais em matéria de energias renováveis e mais de 30% dos minerais essenciais para as tecnologias renováveis e de baixo carbono.

A presidência da União Africana, que muda anualmente, também é um obstáculo à coerência, mas a África “terá de falar numa só voz se quiser influenciar a tomada de decisões do G20,” Ibrahim Assane Mayaki, antigo primeiro-ministro do Níger, e Daouda Sembene, antigo director-executivo do Fundo Monetário Internacional, escreveram no Project Syndicate em 2023.

Os líderes africanos mostraram a sua vontade de empreender essa acção colectiva. Durante a pandemia da COVID-19, uniram-se para criticar veementemente o açambarcamento de vacinas e uniram-se para procurar adquirir grandes quantidades para o continente.

Chefes de Estado reúnem-se na Cimeira de Líderes do G20 a 9 de Setembro de 2023, em Nova Deli. A União Africana aderiu como membro permanente. GETTY IMAGES





'O VENCEDOR LEVA TUDO'

No Sudão, o Controle Militar da Economia Conduziu à Guerra

EQUIPA DA ADF | FOTOS DE AFP/GETTY IMAGES



ILUSTRAÇÃO DA ADF

O Omdurman National Bank (ONB) é uma das Maiores instituições financeiras do Sudão. Tem agências em quase todo o país e foi o primeiro banco sudanês a introduzir caixas automáticos. Fundado em 1993, o banco está no centro de uma extensa rede de empresas que se estende a todos os cantos da economia nacional, facto que beneficia o seu maior accionista, as Forças Armadas do Sudão (SAF).

Através de uma rede de fundações militares, o exército sudanês detém secretamente 87% do ONB, que possui 950 milhões de dólares em activos e é uma força importante no sistema financeiro do Sudão.

Em 2015, o Banco Central do Sudão controlava mais de 80% do ONB. Em 2019, a propriedade estava quase inteiramente nas mãos do exército, tornando-a um símbolo da economia mais alargada do Sudão. O único proprietário não militar do ONB é a Fundação Internacional Karari para a Educação e Formação, um grupo com ligações estreitas às forças armadas.

À medida que prosseguem os combates entre os generais beligerantes do país — Abdel Fattah al-Burhan, líder das SAF, e o General Mohamed Hamdan “Hemedti” Dagalo, chefe das Forças de Apoio Rápido (RSF) — é importante examinar o sistema de centenas de empresas estatais (EE) que engloba 85% da economia do Sudão, segundo a analista Samah Salman, que trabalhou com empresas internacionais que operam no Sudão.

“É um número inacreditável,” Salman disse à ADF, referindo que durante o regime do antigo ditador Omar al-Bashir, as forças de segurança do Sudão representavam 80% do orçamento nacional.

“Isso não cria espaço para o sector privado operar, a menos que se torne cúmplice e jogue de acordo com as regras do jogo,” disse Salman.

Tal como as SAF, as RSF possuem o seu próprio banco, o Al-Khaleej Bank, que gere em parceria com os Emirados Árabes Unidos para aceder a instituições financeiras mundiais. O Al-Khaleej é o segundo maior banco do Sudão em termos de valor, a seguir ao ONB. Está também ligada a uma empresa ligada às RSF, a GSK Advance, que foi alvo de sanções internacionais em Setembro de 2023.

Os peritos afirmam que o envolvimento dos militares nos negócios desempenha um papel importante nos combates.

“Embora não seja claro se os interesses financeiros e empresariais foram responsáveis pelo início do conflito, é evidente que ambas as partes reconhecem que não podem governar o Sudão sem poder sobre a economia,” Denise Sprimont-Vasquez, analista do Centro de Estudos Avançados de Defesa (C4ADS), disse à ADF. “O controlo económico é crucial para governar e, por isso, nenhum dos lados está disposto a afrouxar o seu controlo sobre as partes da economia que controlam.”

O alcance dos negócios financeiros dos generais acrescenta uma dimensão extra à sua guerra crescente pelo poder no Sudão. Cada um dos lados sabe que a vitória significará um ganho económico inesperado.



Através do seu envolvimento na vasta rede de empresas estatais no Sudão, o líder das Forças de Apoio Rápido, General Mohamed Hamdan “Hemedti” Dagalo, tornou-se um dos homens mais ricos do país.



Enquanto chefe das Forças Armadas do Sudão, o General Abdel Fattah al-Burhan encontra-se no topo de uma rede de empresas estatais que controla 85% da economia do Sudão, beneficiando-o a ele e a elites militares e políticas bem colocadas.

“Ambos estão a proteger os seus impérios económicos,” disse Salman. “É um cenário em que o vencedor leva tudo.”

Legado de Tamkeen

O actual conflito no Sudão tem origem no extenso sistema de clientelismo conhecido como “tamkeen” que al-Bashir criou após o seu golpe de 1989 contra um governo democraticamente eleito.

Ao contrário dos anteriores líderes golpistas, al-Bashir não tinha a autoridade política necessária para governar, pelo que recorreu ao clientelismo, essencialmente comprando potenciais ameaças ao dar aos líderes militares e políticos um poder crescente sobre a economia.

“Al-Bashir era diferente de outros ditadores anteriores do Sudão,” disse Salman. “Ele pagou pela lealdade.”

O sistema tamkeen deu aos chefes de segurança e aos aliados islamistas de al-Bashir o controlo de quase todos os sectores da vida pública no Sudão, segundo o Dr. Willow Berridge, da Universidade de Newcastle.

Dos campos de petróleo às minas de ouro e aos campos agrícolas, as forças armadas sudaneses estão envolvidas em centenas de empresas que controlam até 85% da economia nacional.



O conflito em curso entre o General Abdel Fattah al-Burhan e o seu rival, conhecido como Hemedti, é, no fundo, uma luta pelo controlo da economia do Sudão, que é quase inteiramente controlada pelas forças armadas.

O sistema produziu uma vasta rede de empresas, como o ONB, que se apresentam como privadas mas que, na realidade, são EE, também conhecidas como empresas paraestatais. Os investigadores do C4ADS definiram as EE como empresas que estão pelo menos 10% nas mãos do governo ou de membros das SAF, RSF ou serviços secretos. Este nível de controlo torna-os vulneráveis à manipulação da propriedade.

Os investigadores do C4ADS identificaram 408 EE com base em dados fornecidos pelo Ministério das Finanças do Sudão, pelo Comité de Desmantelamento do Regime de golpes de Estado anterior a 2021 e por investigações independentes. Verificaram que o governo oculta a sua propriedade das EE como forma de contornar as sanções internacionais. “Privatiza” as EE, transferindo a propriedade para organizações sem fins lucrativos e outros grupos que, em última análise, são controlados por membros do governo ou por pessoas com ligações políticas.

As estruturas de propriedade das EE mostram que empresas como o ONB e o conglomerado de construção Zadna International Co. for Investment Ltd. são controladas directamente pelo governo ou indirectamente através de outras empresas que o governo controla.

“Depois de 2000, o controlo governamental das EE foi ocultado por empresas da rede Giad, da Corporação da Indústria Militar, os maiores representantes da propriedade estatal,” disseram os investigadores do C4ADS. A Military Industry Corp. é uma empresa estatal de fabrico de armamento com os seus tentáculos espalhados por toda a economia do Sudão, incluindo uma participação no ONB através de três das suas subsidiárias.

Distorcendo o Mercado

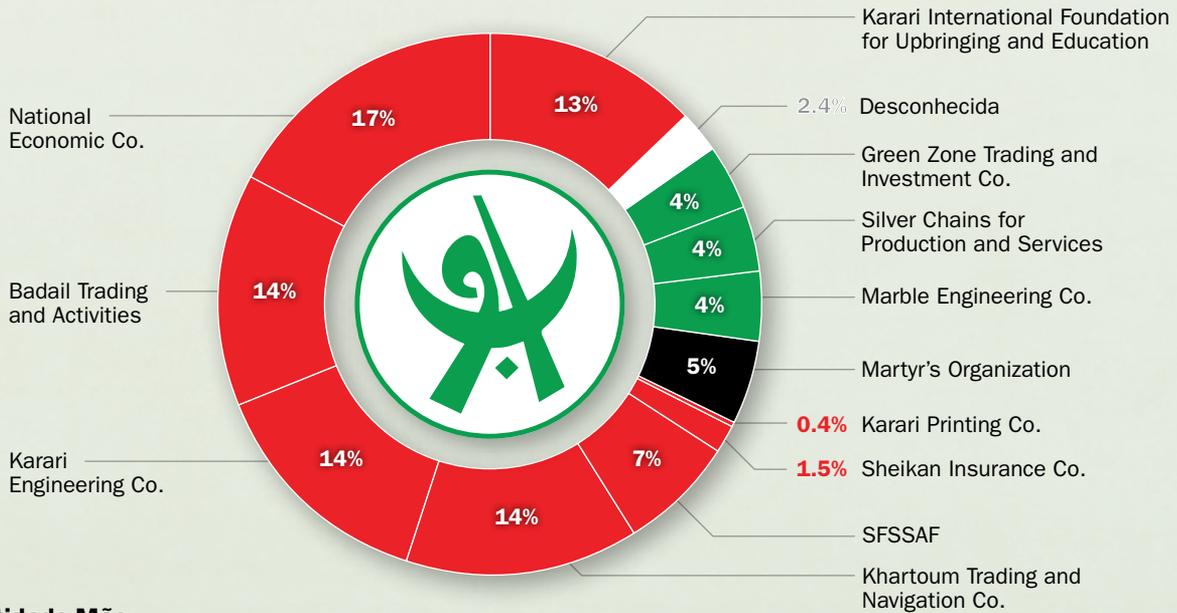
Os lucros das EE normalmente não são tributados, privando o governo de receitas vitais, enquanto as suas actividades beneficiam uma cabala de militares e funcionários do governo. As 408 EE do Sudão estão espalhadas por todos os sectores da economia, desde empresas agrícolas, como a White Nile Sugar, a bancos, minas de ouro, transportes, fabrico de armas e outros.

“Estas empresas paraestatais estão fora de qualquer mercado formal,” afirmou Salman. “Formam um mercado cinzento. Distorcem o mercado do Sudão.”

O Instituto Fraser, do Canadá, classifica o Sudão em 162º lugar entre 165 países em termos de liberdade económica, colocando-o ao lado de Cuba, Coreia do Norte, Venezuela e Zimbábue, perto do fundo da classificação global. O Sudão também obtém uma pontuação de 1,67 num total de 10 pontos possíveis pelo grau em que as forças armadas moldam a lei e a política do país. Quanto mais baixa for a pontuação, maior é a influência do exército.

Propriedade Estatal Multinível do ONB

Em 2019, o Omdurman National Bank (ONB) do Sudão era propriedade de uma rede de fundações de caridade e outras empresas associadas às Forças Armadas do Sudão, que detinham **87%** do banco.



Entidade-Mãe

- Military Industry Corp. (MIC)
- Outros
- Fundo Especial de Segurança Social das Forças Armadas (SFSSAF)
- Forças Armadas do Sudão (SAF)

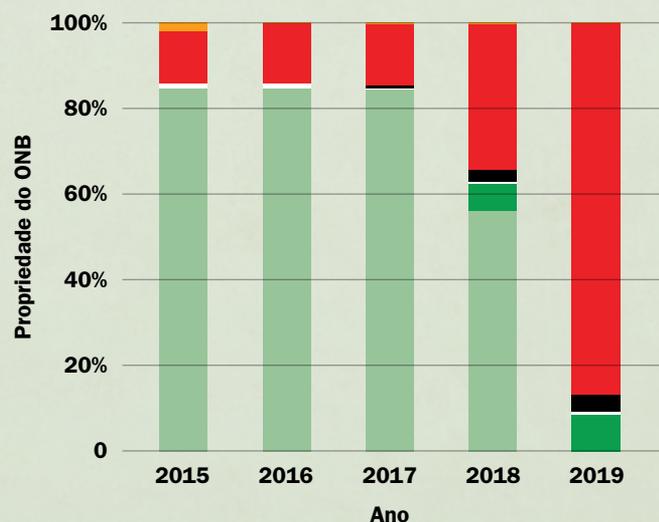
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DE DEFESA

Alterações no Estado Propriedade do ONB

Entre 2015 e 2019, a propriedade militar do Banco Nacional de Omdurman aumentou de menos de **20%** para quase **90%**, um reflexo da economia sudanesa em geral, deixando pouco espaço para as empresas privadas operarem.

Entidade-Mãe Accionista

- Banco Central do Sudão
- MIC
- Outros
- SAF
- SFSSAF
- Estado



CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DE DEFESA

“O controlo civil pró-democrático da economia é um pré-requisito para um Sudão democrático,” escreveram os investigadores do C4ADS na sua análise.

As EE do Sudão operam num sistema de monopólios integrados verticalmente. O sistema gerou uma corrupção generalizada que prejudica a iniciativa privada, segundo os peritos. Qualquer empresa privada que tente fazer negócios no Sudão tem inevitavelmente de participar na corrupção.

O C4ADS compilou a sua base de dados de empresas paraestatais do Sudão, traçando as linhas cruzadas de propriedade, conselhos de administração e beneficiários para criar um mapa do estado profundo do Sudão.

“Ao longo dos trinta anos de governo de al-Bashir, enquanto a economia desmoronava, o Estado profundo solidificou o seu controlo sobre os recursos e os activos empresariais nos principais sectores do Sudão,” escreveram os analistas do C4ADS no seu relatório de 2022, “Breaking the Bank.”

As SAF, por exemplo, utilizaram as suas ligações para receber cartas de crédito de bancos que controlavam e evitar impostos de importação, dando-lhes uma vantagem sobre as empresas privadas que não podiam fazer nenhuma destas coisas, refere o relatório do C4ADS.

Depois de a precursora das RSF, a Janjaweed liderada por Hemedti, ter conduzido um ataque genocida de um

“Ao longo dos trinta anos de governo de al-Bashir, enquanto a economia desmoronava, o Estado profundo solidificou o seu controlo sobre os recursos e os activos empresariais nos principais sectores do Sudão.” ~ Relatório do C4ADS 2022, “Breaking the Bank”



O antigo presidente sudanês, Omar al-Bashir, ao centro, assistiu à inauguração da White Nile Sugar em 2012, uma das centenas de empresas controladas pelo Estado que estão no centro do actual conflito entre os dois principais generais do país.

ano contra a população não árabe da região de Darfur, al-Bashir recompensou Hemedti com o controlo da mina de ouro de Jebel Amir, em Darfur.

“Hemedti tornou-se assim o principal comerciante de ouro, contrabandista e guarda fronteiriço do país, e as RSF tornaram-se os governantes militares de facto do norte de Darfur,” o analista Alex de Waal escreveu no livro “Sudan’s Unfinished Democracy: The Promise and Betrayal of a People’s Revolution (A Democracia Incompleta do Sudão: A promessa e a traição de uma revolução popular).”

Depois de a cisão de 2011 com o Sudão do Sul ter retirado grande parte das receitas petrolíferas do Sudão, a extracção de ouro tornou-se a principal fonte de moeda forte do país. O controlo de Hemedti sobre grande parte da indústria fez do antigo pastor de camelos um dos homens mais ricos do Sudão. Em conjunto, a sua família possui um valor estimado em 9 bilhões de dólares.

“As RSF são uma empresa familiar com uma presença global,” referem os investigadores do C4ADS.

As receitas que Hemedti obtém com a extracção de ouro, o contrabando e o aluguer dos seus combatentes a outros países ajudaram-no a criar uma espécie de Estado dentro de um Estado. Através de empresas fantasmas dentro e fora do Sudão, Hemedti também acumulou grandes quantidades de terras agrícolas.

“Conhecíamos os programas agrícolas que Hemedti estava a comprar em qualquer altura,” disse Salman. “Mas ele não fez isso sozinho. Tinha outras entidades sudanesas ou estrangeiras — empresas dos Emirados, do Kuwait. Dispõe de uma estrutura financeira e jurídica muito sólida.”

Como chefe das SAF e líder de facto do Sudão, al-Burhan está no topo de uma rede financeira que inclui a empresa pública Military Industry Corp, juntamente com o que resta da indústria petrolífera do Sudão. Até à data, os combates entre as SAF e as RSF pouco fizeram para impedir o fluxo de petróleo do Sudão e dos seus oleodutos a partir do Sudão do Sul.

Embora Hemedti utilize a sua riqueza para financiar as RSF, que contam com 100.000 membros, continua a ser o principal beneficiário da sua rede de empresas. Al-Burhan, por outro lado, é responsável pelo pagamento de cerca do mesmo número de soldados e das pensões dos reformados militares. Além disso, tem de manter o velho mecenato de al-Bashir a fluir para a elite do Sudão.

“Al-Burhan tem de proteger esta grande extensão de interesses de que é um dos beneficiários,” disse Salman.

Protegendo o Seu Território

Segundo algumas avaliações, o profundo envolvimento das forças armadas na economia do Sudão foi a principal motivação para o golpe de Estado de Outubro de 2021, que interrompeu a transição planeada do país de um regime militar para um regime civil. No centro dessa transição, o Comité de Desmantelamento do Regime, conhecido internamente como o Comité de Remoção de Tamkeen, começou a quebrar o controlo das forças

armadas sobre a economia do Sudão.

Durante a sua actividade, a comissão recuperou bilhões de dólares em activos adquiridos ilegalmente. Apreendeu mais de 50 empresas e 60 organizações, mais de 420.000 hectares de terras agrícolas e 2.000 hectares de propriedades residenciais, bem como hotéis, escolas, fábricas e um campo de golfe nos arredores de Cartum. A complexidade intencional da propriedade de algumas EE impediu o comité de as dividir.

“O desmantelamento do complexo militar-comercial estava a emergir discretamente como a agenda prioritária do [então Primeiro-Ministro Abdalla] Hamdok, que estaria em posição de promover energicamente assim que a maioria militar no Conselho Soberano fosse removida,” de Waal escreveu no livro “Sudan’s Unfinished Democracy.”

Contra a vontade dos líderes militares e paramilitares do Sudão, a comissão documentou as redes de corrupção das empresas. Ao fazê-lo, “irritou oficiais militares de alta patente ao visar redes de contrabando de ouro em que eles estavam envolvidos,” escreveu de Waal.

O golpe de Estado de 25 de Outubro de 2021 pôs fim ao plano de Hamdok, e o governo devolveu grande parte das propriedades recuperadas aos seus antigos proprietários, restabelecendo o status quo apesar da vontade do povo sudanês. De acordo com o C4ADS, o número de EE aumentou acentuadamente após o golpe de Estado.

“Os comparsas da era al-Bashir e os principais militares do CLTG [Governo de Transição Liderado por Civis] sempre se opuseram a um verdadeiro controlo civil do Estado,” escreveram os investigadores do C4ADS. “Eles sabiam que o seu controlo sobre a economia do Sudão era fundamental para o seu controlo duradouro.”

Escapando à Responsabilização

Como o golpe de 2021 demonstrou, a abertura da economia do Sudão, embora popular entre o público, não é do interesse dos militares do Sudão. Também não se trata de uma transição para a democracia.

“Enquanto as estruturas económicas do Estado profundo não forem desmanteladas, as forças armadas continuarão a ter todas as cartas na mão, o que não os incentiva a sentarem-se à mesa das negociações,” afirmaram os investigadores do C4ADS.

Ao continuarem a corromper a economia a seu favor, al-Burhan, Hemedti e o resto da elite sudanesa mantêm-se ricos e confortáveis enquanto os seus concidadãos lutam. O seu controlo de ferro sobre a economia do Sudão também os isenta de responsabilidades.

Tanto al-Burhan como Hemedti desempenharam papéis no genocídio em Darfur há duas décadas, disse Salman. Estão a ser investigados pelo Tribunal Penal Internacional pela violência que a sua actual guerra desencadeou em Darfur e nos arredores da capital. O perdedor do conflito pode perder mais do que apenas o seu império económico.

“É uma situação de risco muito elevado para ambos,” disse Salman. “Não há qualquer incentivo para que nenhum deles deponha as armas. É uma estratégia arrasadora.” □



PIRATAS INFORMÁTICOS ATACAM GANHOS CIBERNÉTICOS

Governos Tentam Impedir Ataques Digitais Investindo na Segurança Cibernética e Promovendo a Transparência

EQUIPA DA ADF

Com grande alarido, o Quênia lançou a sua plataforma digital e-Citizen actualizada em 2023. O sistema oferece acesso a 5.000 serviços governamentais de mais de 100 ministérios e agências, marcando um salto em frente na capacidade dos cidadãos de obterem acesso digital ao seu governo.

“Não há muitos países que consigam alcançar o que nós alcançámos,” afirmou o Presidente do Quênia, William Ruto. “Sempre que falo com outros líderes, eles perguntam-se como é que o Quênia pode digitalizar este número de serviços governamentais. Foi possível porque temos jovens criativos, inovadores e trabalhadores na República.”

Apenas três semanas depois, um colectivo de piratas informáticos que se intitula Anonymous Sudan reivindicou a responsabilidade por uma série de ataques distribuídos de negação de serviço que interromperam o tráfego no e-Citizen.

Sendo uma das economias digitais mais avançadas do continente, o Quênia tornou-se um modelo de modernização. Mas com o seu crescimento surgiram riscos. O país da África Oriental foi atingido por um aumento dos ataques cibernéticos — 860 milhões de incidentes no ano passado, informou a Autoridade das Comunicações do Quênia, no dia 3 de Outubro de 2023.

Os ataques cibernéticos perpetrados por actores estatais e não estatais estão a aumentar em África e os especialistas apelam aos governos para que disponibilizem mais fundos e recursos para a segurança cibernética.

“A segurança cibernética não é devidamente priorizada tanto pelos governos como pelos funcionários públicos,” Anna Collard, vice-presidente sénior de estratégia de conteúdos da empresa de software de segurança



Apesar da rápida proliferação da tecnologia digital e do crescimento de talentos em engenharia no continente, muitos países estão vulneráveis a operações de pirataria informática da Rússia e da China. REUTERS

KnowBe4 Africa, disse à ADF. Apenas 18 dos 54 países africanos concluíram estratégias nacionais de segurança cibernética e apenas 22 países africanos dispõem de equipas nacionais de resposta a incidentes informáticos (CIRT). “Muitos países e sectores estão completamente dependentes dos investimentos do sector privado.”

O Dr. James Shires é mais uma das vozes que alertam os países africanos para os riscos que advêm do crescimento digital, mas também adverte contra a generalização da segurança cibernética no continente.

“Há uma diferença real entre os sectores,” o investigador sénior do Programa de Segurança Internacional da Chatham House disse à ADF. “O Quênia e a Nigéria possuem sectores muito bons em termos de criação de CIRT.

“A Tunísia e o Egipto têm sido líderes em várias áreas da segurança cibernética. Há um forte sector financeiro na África do Sul que estou a utilizar como estudo de caso, e a segurança cibernética é muito impressionante e muito madura.”

Mas, tal como o resto do mundo, os países africanos enfrentam uma série de ameaças online.

“Precisamos de uma colaboração entre os sectores público e privado e a comunidade internacional para ajudar os Estados africanos a reforçar as suas capacidades e a sensibilizar os decisores e os responsáveis políticos, bem como o público em geral.”

~ Anna Collard, vice-presidente sénior de estratégia de conteúdos da empresa de software de segurança KnowBe4 Africa

Os Hactivistas e a Rússia

O colectivo de piratas informáticos Anonymous Sudan surgiu em Janeiro de 2023 como um canal de língua russa no Telegram, um aplicativo de mensagens instantâneas. Os peritos afirmam que o grupo não tem ligações verificáveis ao Sudão e que colaborou com dois famosos criminosos cibernéticos russos.

Em Março de 2023, depois de os investigadores terem notado que o grupo falava sobretudo em russo, o Anonymous Sudan apagou as mensagens mais antigas e começou a publicar em árabe rudimentar. Mais tarde, adoptou o dialecto sudanês.

“Anónimo é um rótulo muito escorregadio. Pode ser cooptado,” explicou Shires. “Embora tenha tido uma forte identidade hactivista no início, a Rússia tem utilizado uma variedade de rótulos hactivistas para promover os seus próprios objectivos. Há outras operações russas que se fizeram passar pelo ISIS, por exemplo, em França. Portanto, existe uma variedade real daquilo a que o sector da segurança cibernética chama falsas-bandeiras nas operações cibernéticas russas. E são muito bons nisso.”

Muitos membros da comunidade de segurança cibernética avaliaram os ataques, as origens e o modus

operandi do Anonymous Sudan e vêem claras ligações à Rússia. Há quem suspeite que o financiamento necessário para os ataques do grupo, incluindo o ataque ao e-Citizen do Quênia, indica um envolvimento russo.

Quando conduzidas por países, as operações cibernéticas, como a espionagem e os ataques informáticos, servem objectivos estratégicos. O hardware é caro e as competências necessárias são muito procuradas, disse Shires.

“São um recurso escasso,” disse. “São caros, não em termos militares, mas não são baratos. É uma pista, não uma conclusão. Alguns actores não estatais podem ser muito capazes, mas, de uma forma geral, a sofisticação é uma indicação de recursos, e os recursos são uma indicação de apoio estatal.”

A Rússia também está a conduzir uma guerra de informação em partes de África. Através da sua complexa rede de empresas fantasmas, grupos mercenários e outros representantes, a Rússia tem sido implacável na condução de campanhas de desinformação nas redes sociais e plataformas online africanas.

Cultivando, pagando e utilizando influenciadores locais, a propaganda russa e as notícias falsas cresceram em sofisticação. Nalguns países africanos, representantes russos possuem e operam órgãos de comunicação social.

Estes riscos de consciência cibernética inserem-se numa categoria que Shires designa por ameaças à integridade.

“As pessoas confiam no que está online? Será que confiam no que vêem dos governos ou nas plataformas das redes sociais?” questionou. “Há muita desinformação e informação falsa, o que torna o ecossistema de informação menos fiável e menos confiável.”

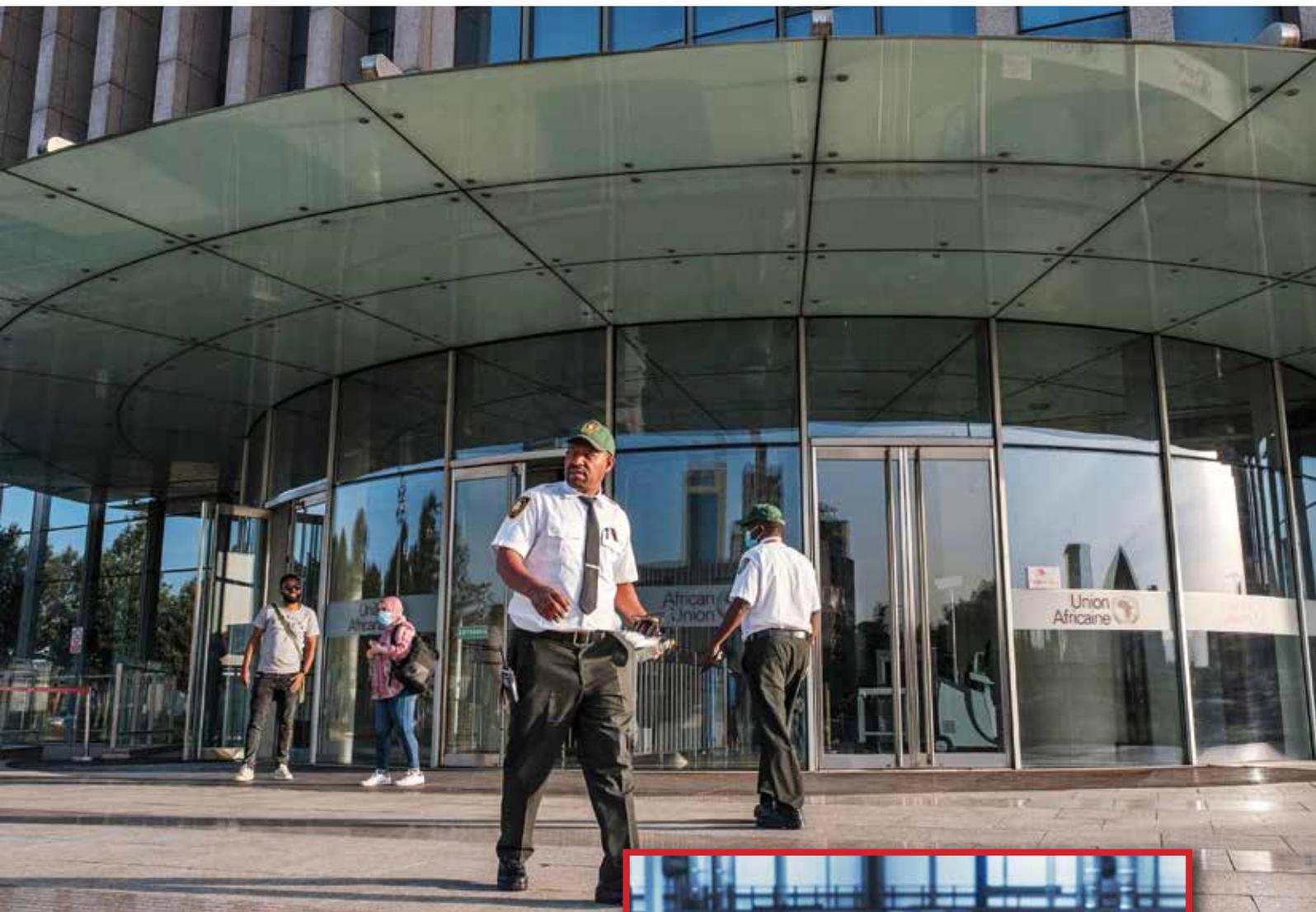
História de Ataques Cibernéticos da China

No dia 24 de Maio de 2023, uma investigação da Reuters revelou que piratas informáticos chineses tinham levado a cabo uma campanha generalizada de ataques cibernéticos ao governo queniano, durante vários anos, sobre a dívida que este tinha para com a China, entre muitas outras questões económicas e políticas.

Tudo começou no final de 2019, quando um funcionário do governo queniano descarregou, sem querer, um documento infectado com malware que permitiu aos piratas informáticos infiltrarem-se num servidor utilizado exclusivamente pela principal agência de espionagem do Quênia, o Serviço Nacional de Informações, e obter acesso a outras agências.

“Foram roubados muitos documentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e também do Ministério das Finanças,” um especialista queniano em segurança cibernética disse ao serviço noticioso.

Duas fontes que participaram na investigação da Reuters afirmaram que os ataques informáticos mostram que a China utiliza a espionagem e as violações ilegais da internet para vigiar os governos e proteger os seus interesses económicos e estratégicos.



Para Collard, Shires e muitos outros especialistas, a notícia trouxe à mente outro infame ataque informático chinês que durou anos.

Em 2017, os funcionários acharam evidências de ataque informático na sede da União Africana em Adis Abeba, na Etiópia, que foi construída em 2012 como um presente de 200 milhões de dólares dos chineses. As investigações revelaram que dados confidenciais tinham sido copiados para servidores em Xangai durante cinco anos.

O analista de investimentos Aly-Khan Satchu, baseado em Nairobi, disse que o ataque informático da UA foi “muito alarmante,” porque mostrou que “os países africanos não têm qualquer influência sobre a China.”

“Há uma teoria em África de que a China é o Pai Natal. Não o é,” disse ao jornal Financial Times. “Os nossos líderes precisam de se libertar dessa noção.”

O ataque informático à UA e ao Quênia, em Maio de 2023, são reveladores, disse Shires, mas não surpreendentes.



NO TOPO: A sede da União Africana em Adis Abeba, Etiópia, foi o local de um dos mais notórios ataques informáticos da China que foi descoberto em 2017. AFP/GETTY IMAGES

Os países africanos estão a ser instados a investir no ensino das ciências informáticas para ajudar a combater a crescente ameaça de ataques cibernéticos.



Um membro mascarado do grupo de hacktivistas Anonymous conduz uma operação cibernética.

AFP/GETTY IMAGES

“É evidente o interesse estratégico da China em recolher dados de diferentes locais do continente africano,” disse, “e seria de esperar que fossem persistentes, que fossem pacientes num alvo estratégico.”

A China negou qualquer envolvimento no ataque à sede da UA, tal como fez na sua resposta de Maio de 2023 às alegações do Quênia. Porém, no ambiente digital é mais difícil do que nunca para os atacantes encobrirem os seus rastros.

A tecnologia digital chinesa é quase omnipresente em África, desde os sistemas de vigilância governamentais aos smartphones, um mercado dominado pelas marcas chinesas.

“A China tem vindo a investir fortemente em África,” afirmou Collard. “Empresas tecnológicas como a Huawei são muito predominantes nas organizações e telecomunicações africanas.”

A Huawei, o maior fabricante mundial de equipamento de redes de telemóveis, vendeu 70% das estações de base 4G em utilização no continente. Uma vez que está prestes a dominar também o mercado 5G, vastas quantidades de dados africanos são vulneráveis ao Partido Comunista Chinês, que nos últimos anos promulgou leis

abrangentes que exigem que as empresas ajudem na recolha de informações nacionais.

“Muitos governos africanos estão a convidar a China para os ajudar com os seus desafios de segurança, incluindo a segurança online,” afirmou Collard. “A China não é realmente vista como um actor malicioso, apesar das provas das suas táticas de espionagem. Neste caso, os decisores actuam sobretudo em função do preço e ignoram quaisquer potenciais implicações para a privacidade devido à poupança de custos. Outros podem não ter a compreensão necessária das implicações que a privacidade pode ter.”

Muitos países autoritários de África estão interessados em utilizar a tecnologia chinesa precisamente pelas suas capacidades de vigilância, controlo e repressão.

“Poderão ver vantagens claras na utilização dos mecanismos de censura da tecnologia Huawei e de outros fornecedores de tecnologia,” acrescentou Collard.

Combatendo Ameaças Cibernéticas

À medida que a tecnologia digital prolifera por todo o continente, África está a tornar-se um campo de batalha cibernética em expansão, um reino sombrio de



A Sede da UA é um dos muitos edifícios governamentais do continente africano com tecnologia de informação e comunicação fornecida pela China. Alguns observadores alertam para o facto de esta tecnologia estar vulnerável à pirataria informática e à espionagem. AFP/GETTY IMAGES



O Presidente do Quênia, William Ruto, à esquerda, assiste a uma demonstração do Gava Mkononi, o centro de serviços governamentais digitais, no dia 30 de Junho de 2023, no Centro Internacional de Convenções Kenyatta, em Nairobi. REPÚBLICA DO QUÊNIA

espionagem e desinformação.

Quando se trata de operações secretas de informação, a distinção entre as abordagens da China e da Rússia costumava ser maior.

Há cinco anos, Shires descreveria as operações cibernéticas secretas da China como “bastante barulhentas e ruidosas. Eles iam para a balança e não se importavam se fossem apanhados.”

A Rússia, por outro lado, tinha objectivos mais específicos e fez um grande esforço para não ser identificada. Agora há menos distinção.

“A China tem capacidades muito mais sofisticadas,” disse. “Estão a visar redes de infra-estruturas muito importantes, redes de infra-estruturas de internet que têm impacto em África. Só em termos de dimensão, a capacidade ou a escala da espionagem cibernética chinesa é muito maior do que a da Rússia.

“Mas, em vez de termos um actor furtivo e específico [na Rússia] e um actor grande e ruidoso [na China], temos agora um actor grande e furtivo também na China. Portanto, é o pior dos dois mundos.”

Shires acredita que para contrariar estas estratégias em mudança é necessário transparência, persistência e cooperação internacional. Segue-se uma análise desses temas:

- **Transparência:** Diz-se que a luz do sol é o melhor desinfetante. Em termos de ataques cibernéticos, a atribuição pública é a designação de um agente maligno como responsável. “A atenção é uma coisa boa, e a atenção, muitas vezes, galvaniza as respostas políticas,” disse Shires. “Não se está à espera de uma reacção do agente malicioso ou do Estado em causa, mas está-se a mudar a percepção do público. Trata-se de uma mudança a longo prazo. Mas a existência de relatórios mais fiáveis no domínio público faz uma enorme diferença para o que pode ser feito no espaço político sobre estas questões.”

- **Persistência:** “Com o tempo, o volume de incidentes começa a distorcer tanto a percepção pública como a percepção política dos [actores malignos]. Este é o resultado indirecto da transparência. Mas para isso é preciso transparência e persistência. Porque se, por exemplo, no Quênia, a China perceber que as suas operações de pirataria informática estão a causar problemas ao governo queniano, devido à sua divulgação e condenação pública ao longo do tempo, isso poderá ser tido em conta nas negociações diplomáticas e, finalmente, na cooperação efectiva.”
- **Cooperação internacional:** Os países podem ter mais poder se se unirem para denunciar os ataques cibernéticos. Shires disse que os países podem fazer uma declaração a nível regional ou continental para dizer: “‘Concordamos que esta é uma linha vermelha.’ Existem normas bem divulgadas que dizem que os ataques cibernéticos contra infra-estruturas críticas ou organizações de defesa estão fora dos limites. Por isso, se houver uma cooperação internacional em África para tentar reforçar essas normas, isso seria um passo extremamente positivo.”

Collard concorda com a necessidade de uma ampla coligação de parceiros internacionais e regionais para trabalhar com os responsáveis africanos no financiamento e desenvolvimento de infra-estruturas de segurança cibernética, talentos, estratégias e respostas a ataques.

“Precisamos de uma colaboração entre os sectores público e privado e a comunidade internacional para ajudar os Estados africanos a reforçar as suas capacidades e a sensibilizar os decisores e os responsáveis políticos, bem como o público em geral,” afirmou, porque as ameaças só vão continuar a aumentar.

“A maioria dos incidentes de segurança cibernética não é comunicada ou não é resolvida, o que significa que as ameaças cibernéticas em África são provavelmente muito piores do que se reconhece.” □



‘Sempre Acreditei num Soldado Instruído’

Uma Conversa Com o Major-General Richard Addo Gyane, Comandante do Centro Internacional de Formação Para a Manutenção da Paz Kofi Annan



Forças de manutenção da paz do Gana no Sudão do Sul desfilam durante uma cerimónia de entrega de medalhas. A ONU, a UA e as comunidades económicas regionais estão a estudar formas de reformar as missões de manutenção da paz para melhorar os resultados. UNMISS



Durante mais de 30 anos de serviço militar, o Major-General Gyane ocupou cargos importantes nas Forças Armadas do Gana, incluindo o de comandante da Oficina da Base, Campo da Birmânia; comandante do Quartel-General do Exército; director da Logística do Exército; director interino da Administração do Exército; e director-geral de planos, investigação e desenvolvimento no Quartel-General. Participou em missões de manutenção da paz das Nações Unidas no Líbano, na República Democrática do Congo e no Sahara Ocidental. Serviu nas missões da ONU e da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) na Serra Leoa. Em 2022, foi nomeado comandante do Centro Internacional de Formação para a Manutenção da Paz Kofi Annan (KA IPTC). Falou com a ADF por videoconferência a partir do seu gabinete em Acra. Esta entrevista foi editada por questões de espaço e clareza.

ADF: O senhor tem vários graus e diplomas em domínios que vão da engenharia mecânica aos assuntos internacionais e à administração de empresas. Por que razão optou por continuar a estudar ao longo da sua carreira militar?

Gyane: O conhecimento tornou-se tão crítico no mundo em que vivemos. Embora o próprio exército o forme e lhe dê os conhecimentos e as ferramentas para fazer o trabalho militar — o que tem feito muito bem — também senti que havia necessidade de acrescentar algo. Quanto mais instruídos formos e quanto mais conhecimentos diversificados tivermos, isso torna-nos uma pessoa melhor, torna-nos capazes de apreciar as pessoas, apreciar outras culturas e ajuda na nossa liderança. Mais importante ainda, ajuda-nos a desenvolver o seu pensamento crítico. Tudo isso torna-nos uma pessoa polivalente, com uma capacidade para realizar muitas tarefas. E todos estes aspectos entram em jogo ao nível da gestão de topo.

Por exemplo, vim de um ambiente puramente militar para o KA IPTC, que é um ambiente quase militar, onde temos o Instituto da Mulher, Paz e Segurança; temos um departamento de formação que organiza cerca de 35 cursos por ano e temos um departamento académico e de investigação. Vindo de um meio puramente militar, como é que gere os académicos ou os professores? O facto de ficarem com a impressão de que também tem conhecimentos significa que se enquadra nesse espaço.

ADF: Muitos países estão a investir no ensino militar profissional (EMP) como forma de profissionalizar as suas forças armadas. O Gana, por exemplo, anunciou recentemente que vai criar uma universidade de defesa nacional. Na sua opinião, qual é o valor do investimento no EMP para as forças armadas de um país?

Gyane: Sempre acreditei num soldado instruído. Embora seja suposto receber ordens, torna-se melhor se compreender que está a trabalhar num ambiente de segurança mais vasto e que a defesa é apenas uma parte desse ambiente. Além disso, ele pode apreciar a razão pela qual temos segurança em primeiro lugar. É para o desenvolvimento do nosso povo. Quando o soldado compreende isso, não irá abusar ou aproveitar-se da população civil, como tem acontecido em tantos países. A educação é fundamental.

ADF: Durante a sua carreira, participou em operações de manutenção da paz no Líbano, na República Democrática do Congo (RDC) e na Serra Leoa. Quais são algumas das lições que aprendeu com estas missões sobre como ser um soldado da paz eficaz?

Gyane: Ao percorrer estas missões, vi um ambiente triste de destruição e de pobreza, de desânimo e de desilusão. Nos rostos das pessoas vê-se o seu arrependimento. Aprendi que existe uma linha muito ténue entre a paz e a guerra. Nunca nos devemos desviar para a área de conflito, porque isso faz recuar toda a gente. Atrasa o desenvolvimento, as pessoas perdem a confiança em si próprias como seres humanos, e é preciso muito tempo para recuperar essa confiança. Aprendi que a democracia, especialmente na nossa parte do mundo, não tem sido muito eficiente e eficaz. Temos um problema de má governação. Há abusos de poder, há corrupção, há tribalismo, nepotismo, e o vencedor leva tudo. Isso gera ódio. E divide o país. Mas serão os golpes de Estado a resposta? Não. Também aprendi que a democracia é a melhor opção e que não temos alternativa. Mas temos de a fazer funcionar para incentivar as pessoas a não pegarem em armas e derrubarem governos.



Forças de manutenção da paz do Gana em Bentiu, no Sudão do Sul, interagem com civis durante uma patrulha. UNMISS



O Major-General Richard Addo Gyane discursa durante uma cerimónia de graduação no KAIPTC, em Dezembro de 2023. KAIPTC

ADF: Actualmente, as missões de manutenção da paz enfrentam ameaças crescentes de grupos extremistas, bem como a hostilidade das populações civis dos países de acolhimento. As missões da ONU no Mali e na RDC foram obrigadas a anunciar as datas de fim das suas missões no meio de protestos e da hostilidade dos governos. O que é necessário fazer para reformar as missões de modo que estejam preparadas para satisfazer as exigências das populações locais e enfrentar as ameaças complexas do século XXI?

Gyane: Em 2017, o Tenente-General Carlos Alberto dos Santos Cruz [um oficial brasileiro que foi comandante de duas missões da ONU] publicou um relatório que abriu muitas discussões sobre a viabilidade dos mandatos, bem como sobre a evolução do próprio instrumento de manutenção da paz. Existem inúmeros desafios, como a incapacidade das tropas estrangeiras de actuarem de forma decisiva para proteger a população quando são atacadas. As operações de paz estão também a enfrentar uma crise política e financeira. Para resolver este problema, o general recomendou que os actores da paz mudassem a sua mentalidade. As missões devem dispor das capacidades e dos meios necessários. Recomendou também que adaptássemos a força das missões para que tivessem um impacto positivo na comunidade. Afirmou que devemos responsabilizar-nos pela prevenção de mortes. Por vezes, o mandato não deixa claro se se trata de uma missão de manutenção da paz ou de uma missão de imposição da paz. Quando alguém é atacado, dirige-se ao contingente e as forças de manutenção da paz dizem: “Não estamos aqui para impor a paz.” E as pessoas fazem perguntas como: “Porque é que estão aqui?”

ADF: O que se pode fazer para alterar esta situação?

Gyane: É necessário conceber correctamente a missão. Pense nos contingentes que irá reunir. Qual é o seu

compromisso para com as pessoas nesse ambiente? Tenho a certeza de que, se houvesse um problema no Togo e enviássemos para lá tropas ganesas, elas iriam querer lutar, porque tudo o que acontece no Togo tem um impacto directo sobre elas. Se conseguirmos que alguém da Ásia venha lutar, é mais difícil; ele pode não o fazer. Por isso, a concepção deve ser correcta. É preciso ter contingentes que estejam realmente empenhados nessa missão. Naturalmente, é necessária uma logística adequada para os apoiar. As próprias forças de manutenção da paz devem ser muito transparentes. Não devem tomar partido e o seu estilo de vida não deve ser tão diferente do da população local. Isso traz ressentimentos. É preciso dar ênfase à cooperação civil-militar (CIMIC) para que a população local sinta que está a beneficiar da existência dessa missão. Por exemplo, no sul do Líbano, a população é maioritariamente constituída por pastores, pelo que o contingente do Gana na missão da ONU enviou alguns veterinários para poderem ir às casas tratar dos animais. Enviámos mulheres oficiais para ensinar e dar-lhes competências. É isto que é necessário. A população sente que está a beneficiar de si.

ADF: O que é que o KAIPTC pode fazer para preparar melhor as forças de manutenção da paz para enfrentar estes desafios?

Gyane: O KAIPTC foi criado para apoiar a arquitectura de paz e segurança da CEDEAO, da União Africana e da ONU. Concebemos os nossos cursos, o nosso reforço de capacidades e os nossos diálogos com base na forma como estas organizações pensam. À medida que surgem coisas como missões lideradas por africanos, ou [debates sobre] a imposição da paz em vez da manutenção da paz, ajustamo-nos para nos adaptarmos a esse espaço. Estamos a estudar a forma como coisas como o terrorismo, o crime cibernético, as alterações climáticas, a migração e outras tendências emergentes afectam a manutenção da paz,

e alinhamos e ajustamos à medida que estas questões evoluem. Também ajudamos as forças de manutenção da paz a tomar decisões em tempo real e queremos criar uma plataforma onde possamos partilhar os conhecimentos da nossa investigação com as instituições de manutenção da paz. Queremos aprofundar a colaboração entre organizações não-governamentais e decisores políticos. Tudo o que fizermos será orientado pelas políticas da CEDEAO, da UA e da ONU.

ADF: A UA assumiu um papel de liderança na intervenção em muitos conflitos no continente. Actualmente, a UA supervisiona 10 operações de paz com mais de 70.000 homens e mulheres ao serviço em 17 países. Considera que as operações lideradas por africanos têm uma capacidade única para fazer face a determinadas ameaças à segurança? Em caso afirmativo, porquê?

Gyane: No passado, costumávamos dedicar-nos sobretudo à manutenção da paz. Por exemplo, no Sahara Ocidental havia uma barreira, com os sarauís de um lado e os marroquinos do outro. Por isso, enviamos tropas para se certificar de que ninguém passava. Actualmente, a manutenção da paz tornou-se complexa com o terrorismo e outras ameaças. Por conseguinte, estamos a passar da manutenção da paz para a imposição da paz. Quando se trata de impor a paz, como já disse, a motivação dos países que contribuem com tropas é fundamental. Se acontecer alguma coisa na Nigéria, prefiro ir lutar, porque sei que pode afectar facilmente o Gana. Há algo por que devo lutar. Quando se traz um soldado da paz europeu ou asiático, qual é o compromisso? Quando o genocídio começou no Ruanda e se tornou difícil permanecer nesse ambiente, quase todos os países abandonaram o país. O único país que ficou foi o Gana, porque compreendemos que tínhamos de proteger os ruandeses. Mesmo na missão do Grupo de Observação da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOMOG), os países da sub-região lutaram. A história mostra-nos o que as missões lideradas por africanos podem fazer. Sabemos que os africanos são capazes de o fazer se lhes for dada a formação e os recursos necessários. Mas é o equipamento e os recursos que eu penso que a comunidade internacional deveria apoiar. Não defendo que toda a missão deva ser africana. Deve ser liderada por África, mas a logística, as finanças, os sistemas jurídicos e tudo o resto devem continuar a ser geridos pela comunidade internacional. Se o fizermos, poderemos manter o interesse da comunidade internacional nas missões.

ADF: Nos últimos dois anos, registou-se um número preocupante de golpes militares na África Ocidental. Como explica esta tendência e o que é necessário fazer para a inverter?

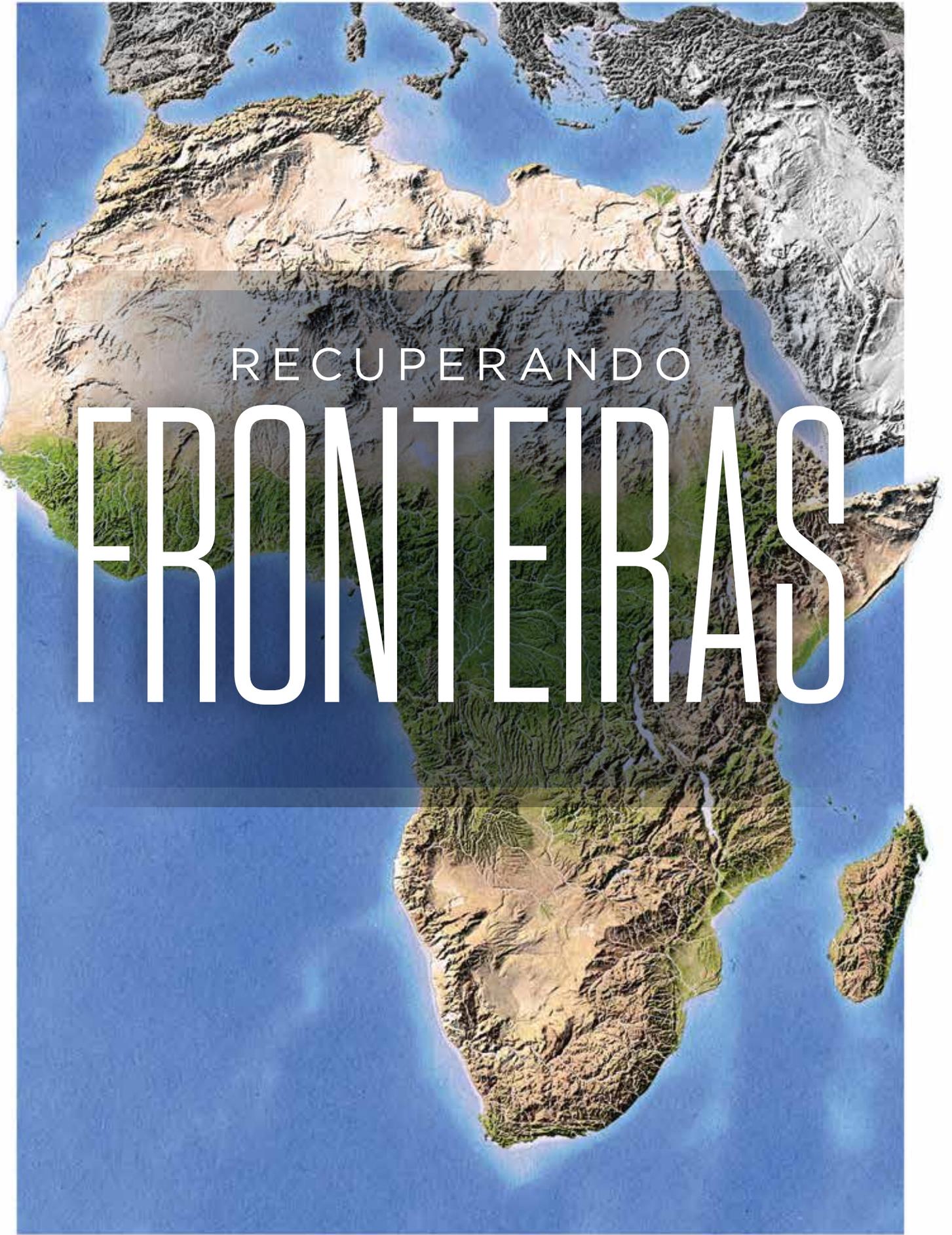
Gyane: Sempre disse que as coisas mais importantes são a liderança e a governação. No Gana, desde 1992 [ano em que o país passou a ser governado por civis], a economia, o desenvolvimento humano, a educação, incluindo o ensino secundário gratuito, têm sido

bastante positivos. Actualmente, se formos às nossas universidades, 51% dos estudantes são mulheres. O Supremo Tribunal é presidido por uma mulher, tal como a comissão eleitoral. Isso mostra o desenvolvimento da nação. Quando o sistema de governação é forte, a nação sai-se bem. Mas se o sistema de governação é fraco, quando chegam as eleições, os titulares querem manter o poder. E quando as coisas não estão a correr bem, gerem mal a diversidade. Em vez de a diversidade ser uma carta forte, torna-se uma carta muito fraca e torna os nossos países muito frágeis. Penso que temos tido muitos golpes de Estado porque os nossos sistemas de governação se tornaram fracos. Há arrogância de liderança em todo o continente. E as nossas instituições, especialmente os nossos organismos regionais, são mais propensas à resolução de conflitos do que à sua prevenção.

ADF: Os países da África Ocidental, incluindo o Gana, estão a enfrentar ameaças crescentes de grupos extremistas do Sahel. Estes grupos manifestaram a intenção de se expandir para a costa e recrutar em países como o Benin, a Costa do Marfim, o Gana e o Togo. Todos estes países estão a dedicar recursos para proteger as suas fronteiras setentrionais. O que é que os países da África Ocidental podem fazer para trabalhar em conjunto e impedir a propagação do extremismo?

Gyane: Se olharmos para as nossas fronteiras, elas são tão porosas. Se formos à parte norte do Gana, não sabemos onde acaba o Burkina Faso e onde começa o Gana. As pessoas constroem casas junto às fronteiras. Levantam-se de manhã para se lavarem num país e atravessam para fazer negócios noutro país. Por conseguinte, é muito importante que trabalhe-mos em conjunto. A Iniciativa de Acra é positiva, mas o que precisamos é de recursos. Se olharmos para as zonas próximas das nossas fronteiras a norte, essas são também as zonas mais pobres do país. Temos a explosão do número de jovens, onde os jovens não estão a trabalhar e tornam-se vulneráveis à radicalização. Embora o Gana e os outros países tenham começado a enviar tropas, unidades operacionais avançadas para as fronteiras, o que também é fundamental é a CIMIC e a parte não cinética da mesma. O trabalho não cinético consiste em garantir que a população tenha alimentos, furos de água, ajuda na agricultura e nas estradas e tenha poder económico. Isso torná-los-á menos susceptíveis à radicalização. É a iniciativa correcta. A CEDEAO e a UA devem apoiar o Gana e os países costeiros para se protegerem e impedirem este movimento jihadista.

Isso pode ser feito. Há seis ou sete anos, o Golfo da Guiné era um dos mares mais perigosos do mundo. Desde que começámos a trabalhar em conjunto, com base no Protocolo de Yaoundé, a segurança marítima melhorou tremendamente. Estamos a trabalhar em conjunto para proteger os recursos naturais, partilhando informações, realizando operações conjuntas e, com Deus do nosso lado, penso que podemos ser bem-sucedidos. □



RECUPERANDO
FRONTEIRAS

ESPECIALISTAS PROCURAM SOLUÇÕES PARA TRAVAR OS EXTREMISTAS E TRAFICANTES QUE EXPLORAM REGIÕES FRONTEIRIÇAS NEGLIGENCIADAS

EQUIPA DA ADF

As regiões fronteiriças tendem a ser lugares de possibilidades e de perigo. É aí onde as culturas se encontram. Onde o comércio — tanto legal como ilegal — prospera. Onde começam ou terminam as viagens.

Por estarem, muitas vezes, longe das capitais nacionais, as comunidades fronteiriças recebem normalmente poucos investimentos e as pessoas que nelas vivem são vulneráveis à coacção de grupos criminosos ou extremistas.

“As zonas fronteiriças de África geralmente são caracterizadas por uma baixa presença do Estado, desconfiança entre as comunidades locais e o Estado e elevados níveis de criminalidade, insegurança e pobreza,” o Centro Africano para a Resolução Construtiva de Litígios (ACCORD) escreveu num estudo sobre a gestão de conflitos nas zonas fronteiriças.

Os números mostram que as fronteiras são um ponto

fraco da segurança. Na África do Norte e Ocidental, 23% de todos os eventos violentos ocorrem a menos de 20 quilómetros de uma fronteira. A violência nas fronteiras aumentou na última década, tendo mais do que duplicado entre 2011 e 2021, de acordo com um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) sobre a violência nas fronteiras no Norte e Oeste de África.

Durante os primeiros seis meses de 2021, 60% das mortes devidas a eventos violentos ocorreram a menos de 100 quilómetros de uma fronteira.

De facto, a OCDE constatou que, em geral, o número de acontecimentos violentos diminui à medida que nos afastamos de uma fronteira.

“A concentração da violência perto das fronteiras recorda-nos que a circulação de dinheiro, pessoas e armas na região é fundamental para compreender os fluxos e refluxos da violência de Estado para Estado ao longo do



Um marco perto de Tingrela, na Costa do Marfim, indica uma distância de 1 quilómetro até à fronteira com o Mali. REUTERS

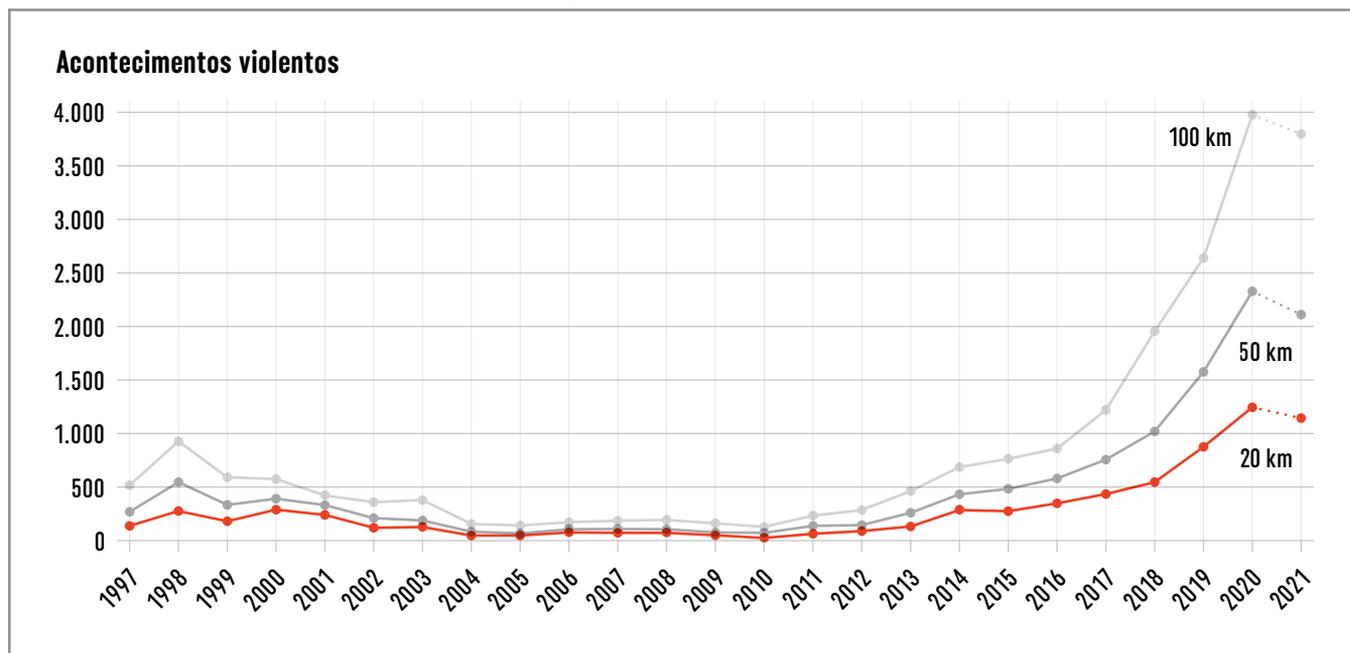


Mulheres atravessam o leito seco do Rio Volta Branco para as suas machambas no Burquina Faso a partir de Issakateng-Bausi, em Bawku, no norte do Gana. AFP/GETTY IMAGES



No âmbito do processo de reafirmação das suas fronteiras, a Comissão de Fronteiras do Gana e a Comissão de Fronteiras Terrestres do Togo organizaram um programa conjunto de sensibilização para as comunidades fronteiriças. COMISSÃO DE FRONTEIRAS DO GANA

Acontecimentos violentos por distância fronteiriça na África do Norte e Ocidental, 1997-2021



Fonte: OCDE a partir de dados do ACLED

Este gráfico mostra um aumento de eventos violentos num raio de 100 quilómetros de uma fronteira nacional na África do Norte e Ocidental entre 1997 e 2021. ILUSTRAÇÃO DA ADF

tempo,” afirma o relatório da OCDE.

Então, o que se pode fazer? Os profissionais de segurança estão a analisar várias estratégias para recuperar as fronteiras.

DEMARCAÇÃO

Muitas vezes, os países não estão de acordo quanto à localização efectiva das fronteiras. Um inquérito realizado pela União Africana em 2015 concluiu que apenas 29.000 quilómetros de fronteiras nacionais em África, representando 35% da extensão total das fronteiras, estavam efectivamente demarcados.

Esta falta de clareza tem implicações a nível da segurança. Existem mais de 100 conflitos fronteiriços activos entre países do continente. Estas podem conduzir a pequenas escaramuças entre comunidades ou a uma guerra total entre países.

Um país que está a tomar medidas para resolver este problema é o Gana. A comissão nacional de fronteiras está a passar pelo árduo processo de “reafirmação” da sua fronteira de mais de 1.000 quilómetros com o Togo. Para tal, é necessário examinar documentos antigos de ambos os países que datam da década de 1920 e que foram escritos em Inglês no Gana e em Francês no Togo. Os inspectores de ambos os países estão a substituir os pilares de demarcação que foram danificados pela erosão ou deslocados por não terem sido enterrados a uma profundidade suficiente. Os países estão a aumentar a frequência da colocação de pilares ao longo da fronteira para evitar confusões.

“Devido à distância dos pilares, as comunidades que vivem ao longo da fronteira não são capazes de determinar onde fica a fronteira,” o Coordenador Nacional da Comissão de Fronteiras do Gana, Major-General Emmanuel Kotia, disse à ADF. “Eles perdem-se e cultivam no território de outro país ou constroem casas noutra país. E a culpa não é deles, porque não sabem.”



Camións de mercadorias preparam-se para passar pelo posto de controlo aduaneiro na fronteira da Costa do Marfim, em Tingrela.

REUTERS

Para educar a população local sobre o processo fronteiriço, a comissão de fronteiras organizou eventos de sensibilização, convidando grupos de ambos os lados da fronteira para o diálogo. “Convidámos os chefes locais do Gana e do Togo, dentro das áreas de captação, para a sensibilização da comunidade, para os educarmos,” disse Kotia. “Estamos a utilizar os meios de comunicação social,

“ A MAIORIA DAS COMUNIDADES FRONTEIRIÇAS SITUA-SE EM ZONAS REMOTAS, ESQUECIDAS PELOS ESTADOS. A MAIORIA É CARENCIADA. POR ISSO, OS GRUPOS EXTREMISTAS VIOLENTOS VÃO OLHAR PARA ESSAS ZONAS ONDE EXISTEM COMUNIDADES CARENCIADAS COMO ALVOS PARA OS RECRUTAR.”

– Major-General Emmanuel Kotia, coordenador nacional da Comissão de Fronteiras do Gana

os grupos de jovens, os grupos de mulheres, os líderes tradicionais, os líderes de opinião e as agências de segurança. Todas as pessoas que nos podem dar uma mão ou ajudar a educar.”

O Gana será o próximo país a empreender o mesmo processo de reafirmação com a Costa do Marfim e o Burquina Faso. Kotia acredita que mais países em África precisam de criar comissões de fronteiras e aprovar leis para demarcar as fronteiras.

“A essência do projecto é evitar a insegurança, e essa é uma das causas da insegurança,” afirmou.

TRANSFORMANDO FRONTEIRAS EM PONTES

Uma preocupação persistente é que as fronteiras africanas são arbitrárias. Desenhadas há mais de 100 anos por potências coloniais com pouco conhecimento das culturas locais, dividem as pessoas ou agrupam-nas sem uma boa razão. Os pastores vêm-se impossibilitados de deslocar livremente os seus rebanhos, as empresas são separadas dos clientes e as famílias são divididas.

O Dr. Wafula Okumu, director-executivo do The Borders Institute, sediado em Nairobi, trabalha há décadas na elaboração de políticas eficazes relacionadas com as fronteiras. Segundo ele, os profissionais de segurança precisam de ver as comunidades fronteiriças como parte da solução da insegurança e não como um problema. Um aspecto que sublinhou foi a necessidade de educar os funcionários das fronteiras sobre as culturas específicas das regiões fronteiriças.

“O pessoal africano das fronteiras precisa de mudar a sua mentalidade, particularmente a criminalização e a securitização das fronteiras,” Okumu disse durante um webinar organizado pelo Centro de Estudos Estratégicos de África. “Têm de considerar as comunidades fronteiriças como partes interessadas e parceiros na governação das fronteiras.”

Sublinhou a necessidade de uma “gestão integrada das fronteiras.” Esta estratégia inclui a criação de “postos fronteiriços de paragem única” onde os serviços aduaneiros e fronteiriços de ambos os países trabalham lado a lado. O objectivo é simplificar e agilizar a circulação para todos os intervenientes.

Isso é importante, porque 43% das pessoas de África dependem do chamado “comércio transfronteiriço informal” para obter rendimentos ou bens. Este comércio envolve normalmente vendedores que

transportam mercadorias para o mercado fora do processo aduaneiro formal.

Alguns países estão a tomar medidas para facilitar a circulação transfronteiriça. Em 2023, o Botswana e a Namíbia assinaram um acordo que permite aos cidadãos atravessar a fronteira de 1.500 quilómetros entre os dois países sem utilizar um passaporte. A União Africana insta os países a adoptarem a Zona de Comércio Livre Continental Africana, que facilitará o comércio transfronteiriço, e o Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas, que reduzirá os obstáculos à passagem das fronteiras pelos cidadãos africanos.



Cidadãos beninenses e nigerianos preparam-se para atravessar o Rio Níger, que separa os dois países. REUTERS

Okumu espera que as fronteiras deixem de ser encaradas como barreiras e passem a ser vistas como pontes que facilitam a circulação de pessoas e bens.

“O controlo consiste normalmente em bloquear, e não em facilitar, o movimento fácil,” disse Okumu. “Não se trata de livre circulação, mas de circulação fácil. Isso é muito importante.”

FORTALECENDO AS COMUNIDADES

As regiões fronteiriças tendem a ser isoladas física e metaforicamente. No seu estudo “How Borders Shape Conflict in North and West Africa (Como as Fronteiras Moldam os Conflitos na África do Norte e Ocidental),” a OCDE constatou que os centros populacionais das zonas fronteiriças do Chade, Mali e Níger não têm estradas pavimentadas que os liguem a uma capital nacional. Constatou

Mortes resultantes de um evento em que as forças do Estado atravessam para um outro país, 1997-2021

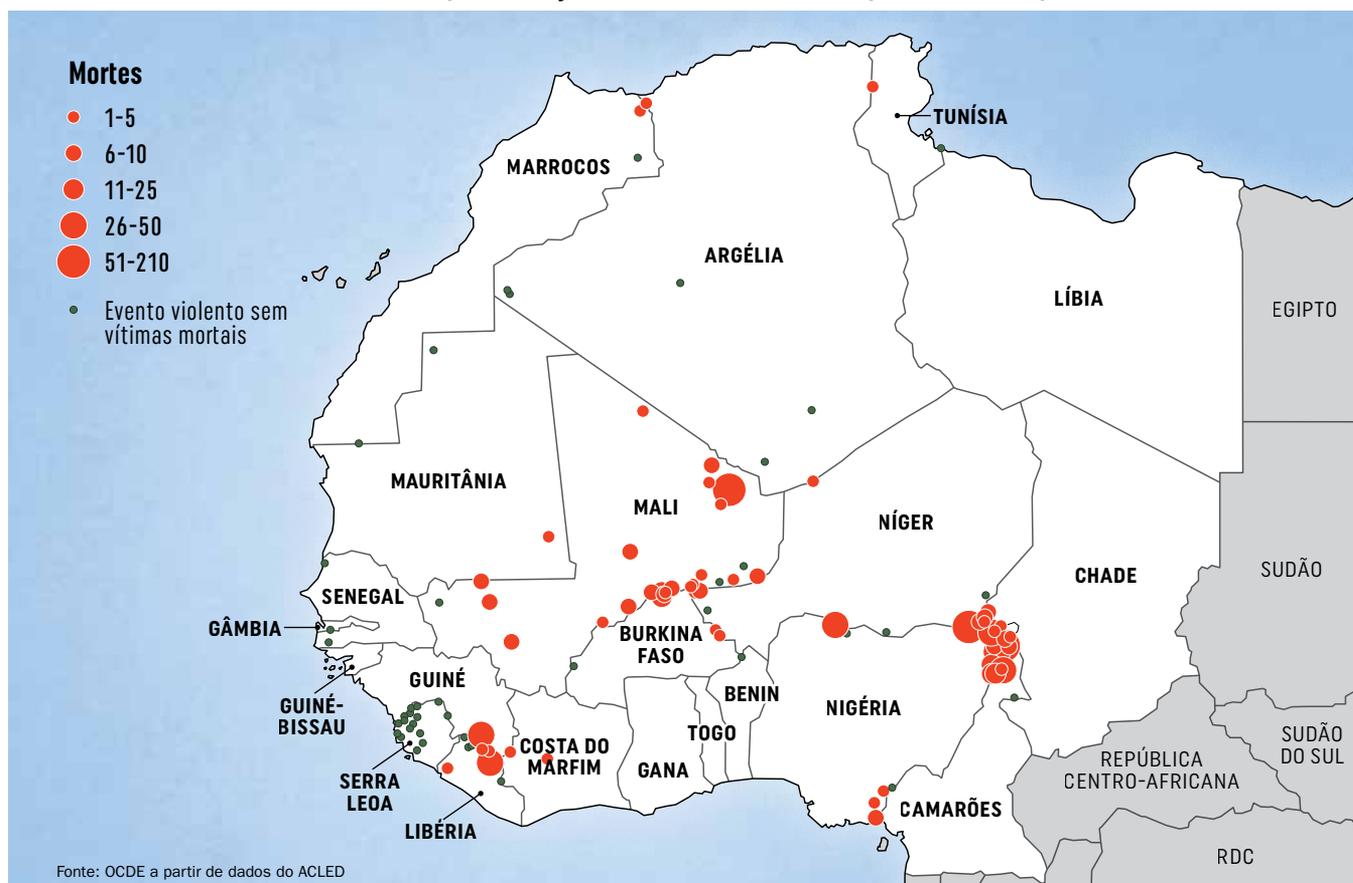


ILUSTRAÇÃO DA ADF

igualmente a falta de serviços médicos, educativos e sociais nestas regiões.

“As insurgências surgem quando as comunidades periféricas se sentem marginalizadas e o Estado é incapaz de manter a coesão nacional,” refere a OCDE.

Nos três anos em que esteve à frente da Comissão de Fronteiras do Gana, Kotia assistiu a uma dinâmica semelhante.

“A maioria das comunidades fronteiriças situa-se em zonas remotas, esquecidas pelos Estados,” afirmou. “A maioria é carenciada. Por isso, os grupos extremistas violentos vão olhar para essas zonas onde existem comunidades carenciadas como alvos para os recrutar em qualquer parte de África. Podem ser alvos.”

Referiu-se a dois projectos no Gana que estão a tentar resolver este problema. Um deles é a construção de um centro de saúde na região de Volta, financiado pela Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental. O outro é um esforço para levar infra-estruturas rodoviárias a uma comunidade mineira informal numa cidade chamada Dollar Power, perto da fronteira com a Costa do Marfim. Ali, 10.000 pessoas trabalham em minas artesanais não regulamentadas, numa zona apenas acessível de motorizadas.

O projecto rodoviário de 24 quilómetros, que está a ser construído pelo 48.º Regimento de Engenharia das Forças Armadas do Gana, ajudará as autoridades a aceder à



Um agente de segurança fala com um condutor em Paga, no norte do Gana, na fronteira com o Burquina Faso. REUTERS

região isolada. Ao ligarem esta região ao mundo exterior, as autoridades ganesas esperam reduzir o número de traficantes e extremistas.

“A questão das comunidades fronteiriças desfavorecidas é muito fundamental,” afirmou Kotia. “É necessário que os governos prestem atenção às comunidades fronteiriças desfavorecidas, porque podem ser alvos fáceis de recrutamento no que respeita a movimentos extremistas violentos. Podem também utilizar esses espaços como esconderijos para lançar ataques.” □

VALORES TRANSMITIDOS

ATRAVÉS DE GERAÇÕES

EQUIPA DA ADF | FOTOS DE AFP/GETTY IMAGES

Enquanto os cidadãos senegaleses assinalavam o 64.º aniversário da independência do seu país, as crianças abraçavam o espírito do dia. Um rapaz vestiu um boné e uma miniatura de uniforme a condizer antes de se juntar às celebrações em Dakar, no dia 4 de Abril de 2023. Embora um pouco mais baixo, imitava de perto os soldados e os polícias reunidos numa rua da cidade. Enquanto os cidadãos se alinhavam nas estradas para ver os desfiles festivos, os militares e os polícias paravam para cumprimentar os mais novos. Um rapaz, vestido com uma estola com a bandeira senegalesa verde, dourada e vermelha, segurava uma bandeira enquanto posava para fotografias com polícias entusiasmados. As cores da bandeira representam a fé, o espírito e o sacrifício do povo senegalês e encarnam o lema nacional “Um Povo — Um Objectivo — Uma Fé.”





Marinhas do Golfo da Guiné Recorrem a

DRONES

para

VIGILÂNCIA

PERANTE UMA MULTIPLICIDADE DE AMEAÇAS E RECURSOS
LIMITADOS, OS PAÍSES ENCARAM DRONES COMO UM
MULTIPLICADOR DE FORÇAS

TENENTE- COMANDANTE DJAIBLOND DOMINIQUE-YOHANN KOUAKOU, MARINHA NACIONAL DA COSTA DO MARFIM



Os países costeiros de África enfrentam uma série de ameaças marítimas. Estes incluem o tráfico, a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN), a imigração ilegal e a pirataria. Mas os países carecem frequentemente de recursos necessários para controlar e proteger os seus domínios marítimos.

A tarefa que estes países enfrentam é enorme. Se somados, os países costeiros de África são responsáveis por mais de 13 milhões de quilómetros quadrados de oceano, muito para além do que podem patrulhar com embarcações e aeronaves tradicionais. Os países da África Subsariana conta com um total de 420 embarcações classificadas como “combatentes de superfície,” ou seja, embarcações concebidas para a guerra em mar aberto.

Trata-se de um aumento significativo desde 2008, quando esse total era de 158, de acordo com uma base de dados produzida pelo The Military Balance. Mas os especialistas dizem que o crescimento foi impulsionado por um punhado de países e que a maioria ainda tem dificuldade em patrulhar as suas águas.

Perante esta situação, os países procuram alternativas económicas para expandir o seu alcance. Vários Estados do Golfo da Guiné, incluindo a Nigéria e a Costa do Marfim, recorrem a drones para melhorar a segurança marítima, uma escolha que lhes permite colmatar uma lacuna de capacidade.

A acessibilidade relativa dos sistemas de drones tácticos pode proporcionar poupanças em comparação com o elevado custo de missões marítimas prolongadas que requerem embarcações e um grande número de pessoal. As plataformas de drones equipadas com aviónica avançada oferecem flexibilidade operacional graças às suas cargas úteis, que podem transportar vários sensores, como câmaras infravermelhas diurnas e nocturnas e radares. O seu peso leve torna-os fáceis de transportar e adaptáveis a muitas condições de missão. Mas os drones não são uma panaceia. Têm pontos fracos, incluindo um alcance limitado, uma velocidade relativamente lenta e o facto de voarem a baixas altitudes, o que aumenta a sua vulnerabilidade ao armamento antiaéreo. Apesar

das suas limitações, estão a tornar-se rapidamente ferramentas indispensáveis no domínio da recolha de informações e vigilância.

UMA FERRAMENTA QUE MOSTRA O SEU VALOR

Os exércitos têm utilizado drones desde 1937, quando os EUA desenvolveram o primeiro veículo aéreo não tripulado (VANT) controlado por rádio, conhecido como Curtiss N2C-2 Fledgling, e o utilizaram para praticar tiro ao alvo. O Conselho para a Pesquisa Científica e Industrial da África do Sul desenvolveu os primeiros drones de vigilância utilizados em África. Eles sobrevoaram a então Rodésia em 1978.

Actualmente, os drones representam um recurso operacional crítico e versátil para a recolha de informações. Os drones tácticos colmatam lacunas de capacidade como a persistência, a autonomia e a compatibilidade com o sistema de armas de bordo, de acordo com um documento de 2010, “Rotary-wing Tactical Drones in Contemporary Engagements,” publicado pela Fundação para a Investigação Contemporânea. A monitorização do tráfego de navios numa zona pode ser feita em tempo recorde graças à considerável resistência dos drones. Os drones também podem transportar sistemas de identificação automática, que se tornaram uma das principais ferramentas para o conhecimento do domínio marítimo. Estas ferramentas permitem identificar e classificar ecos de radar não reconhecidos, o que fornece uma imagem mais completa em tempo real aos profissionais que trabalham nos centros de operações marítimas.

Os piratas tendem a operar longe da costa. Uma força naval, por si só, não pode cobrir estas zonas. A utilização de um drone táctico com muitas horas de autonomia alargará as áreas monitorizadas. Por exemplo, a utilização de drones aéreos pelo Premier-Maître L’Her, da Marinha Francesa, foi essencial para localizar o petroleiro Monjasa Reformer, que foi atacado a 25 de Março de 2023. Do mesmo modo, os drones são integrados no sistema nacional de controlo das fronteiras marítimas e terrestres.

Os drones representam um multiplicador de forças para apoiar a aplicação da lei no mar e dissuadir a criminalidade. As operações de visita, abordagem, busca e apreensão (VBSS) são uma das principais



Tenente comandante
Djablond Dominique-Yohann
Kouakou, da Marinha
Nacional da Costa do Marfim

Os países estão a utilizar drones para uma série de fins, incluindo a luta contra a pesca ilegal, a vigilância das fronteiras marítimas e a localização de navios piratas.



Dignitários, incluindo o antigo Presidente Muhammadu Buhari, o segundo a contar da esquerda, inspecionam um drone que será utilizado no âmbito do projecto Deep Blue da Nigéria para a segurança marítima. NIMASA

A Costa do Marfim adquiriu recentemente navios de patrulha offshore como este e pretende combinar drones com os navios para melhorar a segurança marítima. ISRAEL SHIPYARDS LTD.

missões levadas a cabo pelos navios de guerra no âmbito da luta contra a criminalidade marítima. Em conjunto com a utilização de outros meios navais, os drones podem aumentar significativamente as capacidades individuais dos navios durante as operações de VBSS, de acordo com um documento de 2019 escrito pelo Contra-Almirante Benoit de Guibert, da Marinha Francesa. Os drones permitem ter uma visão clara e imediata do embarque, acompanhar a sua evolução e avaliar os riscos durante estas operações.

Em caso de contacto com piratas ou de localização de um navio pirata, o drone permite um acompanhamento contínuo. Esta possibilidade de vigiar à distância um navio capturado é ainda mais importante na tomada de

reféns, quando é imperativo não provocar uma reacção extrema dos piratas em relação às suas vítimas. Além disso, as informações recolhidas durante as intervenções tornam-se úteis para a auto-avaliação e para as análises pós-acção. Com os riscos inerentes às operações de VBSS, a capacidade de fornecer feedback é essencial para melhorar a eficácia da equipa. Esta eficiência é essencial, especialmente quando a vida humana está ameaçada e são necessárias acções urgentes.

Um número crescente de marinhas africanas está a investir em tecnologia de drones. A Costa do Marfim adquiriu recentemente dois navios de patrulha offshore que serão equipados com drones para utilização no mar. A Nigéria recorre a drones para o seu projecto de combate à pirataria e de segurança marítima, conhecido como Deep Blue. As Seychelles utilizam dois drones de vigilância de longo alcance com inteligência artificial para proteger as suas pescas. A Marinha do Gana e a Comissão das Fronteiras do Gana utilizam drones para localizar embarcações suspeitas e monitorizar as fronteiras marítimas do país.



A Marinha do Gana toma posse de um drone de vigilância Deltaquad durante uma cerimônia na Base Naval de Tema. Os drones são utilizados para a segurança marítima e a vigilância das fronteiras. MARINHA DO GANA



Os VANT estão a ser utilizados para uma variedade de tarefas marítimas, como a patrulha de fronteiras, a segurança portuária, a busca e salvamento e as inspeções de navios e cargas.

LIMITES E RESTRIÇÕES NA UTILIZAÇÃO DE DRONES

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar define os direitos e as obrigações dos Estados nos espaços marítimos. No seu artigo 19.º, a convenção não garante “passagem inocente” aos navios que “lancem, desembarquem ou embarquem” um dispositivo militar no mar territorial de um Estado. De um ponto de vista jurídico, torna-se difícil classificar os drones numa categoria que possa beneficiar do direito de passagem inocente, embora as disposições não sejam explícitas quanto a este facto.

Consequentemente, a utilização de drones aéreos para a vigilância marítima está limitada às zonas de soberania e às zonas onde se aplica o direito do alto mar, ou seja, no mar territorial, na zona económica exclusiva e no alto mar. Assim, durante as operações em que estão envolvidos criminosos transnacionais, é necessário rigor para evitar violar os espaços aéreos de outras partes, particularmente durante as operações perto de fronteiras ou limites de zona.

O desenvolvimento das tecnologias da computação e das comunicações apoia fortemente o desenvolvimento dos drones. Num mundo em que estas tecnologias quebram barreiras, os riscos cibernéticos aumentaram. A utilização de drones no mar, muitas vezes, depende de dados de navegação e de satélite. As práticas perturbadoras podem pôr em risco a plataforma. Um dos mais comuns é o “GPS spoofing,” que ocorre quando



um dispositivo GPS é desviado das suas coordenadas, de acordo com um relatório intitulado “Será que uma nova vaga de tecnologia de drones pode tornar os mares de África mais seguros?” publicado pelo Instituto de Estudos de Segurança. Esta falsificação pode provocar acidentes tão graves como o choque de navios, que pode ser interpretado como um acto de guerra. Além disso, os terroristas podem utilizar ataques cibernéticos para assumir o controlo de equipamentos, desprogramando-os e reprogramando-os. Por último, os dados recolhidos pelos sensores são sensíveis e devem ser protegidos para evitar a divulgação de informações confidenciais. Consequentemente, as forças navais precisam de adoptar procedimentos para avaliar e reduzir os riscos cibernéticos relacionados com a utilização de drones nas suas operações, de modo a não comprometerem as missões e a segurança do equipamento.

A utilização de drones no Golfo da Guiné pode otimizar recursos navais tradicionais e ajudar as marinhas a serem mais flexíveis e mais rápidas na resposta às ameaças.

A MARINHA DO FUTURO

A utilização de drones no Golfo da Guiné pode otimizar os recursos navais tradicionais e ajudar as marinhas a serem mais flexíveis e a responderem mais rapidamente às ameaças. As vantagens associadas à sua utilização estão particularmente relacionadas com as operações de segurança marítima, como VBSS e outras missões que exigem que as forças navais disponham de capacidades de recolha de informações e de vigilância. Mas a adopção de novas tecnologias pode ter efeitos perturbadores para as marinhas.

Uma das consequências poderá ser a perda de interesse e de investimento em missões de vigilância baseadas em navios, especialmente no Golfo da Guiné, onde os recursos são limitados. Por conseguinte, há que ter em conta que a adopção de novos instrumentos deve ser feita para reforçar a força de combate global e não para a substituir ou tornar obsoleta. Conforme escreveu de Guibert: “É importante não se submeter às novas tecnologias, é melhor dominá-las para construir a Marinha do futuro.”

Com devido planeamento e compreensão, as novas tecnologias, como os drones, podem ser uma ferramenta importante para ajudar os profissionais da marinha a cumprir a sua missão de proporcionar segurança no mar para que o comércio, as viagens, a conservação e a recreação prosperem. □

O tenente comandante Kouakou é um oficial da Marinha Nacional da República da Costa do Marfim. Tem mais de 15 anos de serviço e comanda um navio de guerra. É licenciado em engenharia de operações navais, pela Royal Naval School of Morocco. Além disso, tem um mestrado em assuntos marítimos, pela Universidade Marítima Mundial de Malmö, na Suécia. É um apaixonado pela protecção dos mares, com especial ênfase na tecnologia marítima.

UM MUNDO DE PROBLEMAS

EQUIPA DA ADF | FOTOS DE AFP/GETTY IMAGES



ILUSTRAÇÃO DA ADF

Grupos de Crime Organizado, Como o Black Axe, Começam Localmente, Mas Têm um Alcance Internacional

Quando a Interpol coordenou as rusgas internacionais no âmbito da Operação Chacal, teve como alvo o Black Axe, um grupo de crime organizado com sede na Nigéria. Durante a operação de 2022, as autoridades detiveram 75 pessoas, efectuaram buscas em 49 propriedades e interceptaram contas bancárias no valor de quase 1,3 milhões de dólares.

As autoridades apreenderam ainda 12.000 cartões SIM para telemóveis e identificaram outros 70 suspeitos. Participaram investigadores de 14 países de seis continentes: África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Costa do Marfim, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Estados Unidos, França, Irlanda, Itália, Malásia, Nigéria e Reino Unido.

Alguns meses mais tarde, em Maio de 2023, a Interpol prosseguiu a Operação Chacal em 21 países para atacar novamente o Black Axe e outros sindicatos criminosos semelhantes da África Ocidental. Desta vez, as autoridades bloquearam 208 contas bancárias ligadas a crimes financeiros online, apreenderam ou congelaram quase 2,3 milhões de dólares e prenderam 103 pessoas. Aos primeiros países foram acrescentadas as operações na Bélgica, Brasil, Canadá, Indonésia, Malásia, Países Baixos, Portugal e Suíça.

“Os fundos financeiros ilícitos são a força vital do crime organizado transnacional, e temos testemunhado como grupos como o Black Axe canalizam o dinheiro ganho com fraudes financeiras online para outras áreas do crime, como a droga e o tráfico de seres humanos,” afirmou Stephen Kavanagh, director-executivo dos serviços policiais da Interpol. “Estes grupos exigem uma resposta global.”

Pelo menos um perito africano em segurança concorda, mas diz que o sucesso será difícil de conquistar, porque muitas nações nem sequer sabem que esses grupos estão a operar nos seus países e, em caso afirmativo, como.

“É necessária uma estratégia clara, uma estratégia abrangente,” disse Martin Ewi, coordenador técnico do projecto Enhancing Africa’s Response to Transnational Organised Crime, conhecido como ENACT, no Instituto de Estudos de Segurança. “Não se trata de uma estratégia única. ... Não, tem de ser uma estratégia abrangente, em que os atacamos de todos os lados. Trata-se de uma instituição humana. As instituições humanas não sobrevivem de uma só coisa.”

A natureza do Black Axe e de outros grupos semelhantes torna a coordenação uma tarefa difícil para a maioria dos países. No entanto, a incapacidade de enfrentar esta ameaça do crime organizado

pode pôr em risco a segurança a nível local, nacional e internacional, disse Ewi.

O QUE É O BLACK AXE?

As origens do Black Axe são invulgares para uma organização criminosa. Foi criado com boas intenções a 7 de Julho de 1977, no campus da Universidade de Benin, no Estado de Edo, na Nigéria. Começou como parte do Movimento Neo-Black, um esforço para promover o anticolonialismo e o espírito pan-africano, de acordo com um perfil de 2019 na revista Harper’s.

A organização é uma das muitas chamadas confrarias que se formaram na altura. Por vezes, os grupos são designados por seitas devido ao mistério que envolve as suas actividades e rituais. Outros



O logotipo do Black Axe, uma confraria que se transformou num grupo de crime organizado

grupos proeminentes são a Supreme Eiyé Confraternity, popularmente conhecida como Airlords; e Maphite, um grupo de crime organizado que as autoridades dizem ser um acrônimo de “Maximum Academic Performance Highly Intellectuals Train Executioner.” Cada um deles tem as suas raízes na Nigéria.

Existem também pequenos grupos criminosos locais, sobretudo na África do Sul, onde Ewi está estabelecido. Têm nomes vistosos como os americanos, Hard Livings, Young Dixie Boys, Clever Kids, Naughty Boys e Junky Funky Kids. São mais proeminentes nas grandes cidades, como a Cidade do Cabo, Durban, Joanesburgo e Pretória. Centenas de gangues semelhantes estão espalhadas por toda a Nigéria.

O Black Axe, no entanto, está entre os maiores, mais notórios e mais difundidos. Alguns relatos sugerem que o número de membros a nível mundial ascende a 30.000 ou mais. Uma reportagem da BBC indicou que o Black Axe é tão prevalente na cidade de Benin que alguns civis formaram milícias armadas para se protegerem.

O grupo é conhecido mundialmente por ser pioneiro em esquemas de pagamento antecipado de taxas, também conhecidos como “fraude 419” pela secção correspondente do Código Penal Nigeriano. Neste tipo de burla, um agente envia cartas, faxes ou mensagens de correio electrónico, fazendo-se passar por um funcionário judicial, governamental ou bancário para obter ajuda na transferência de dinheiro para uma conta no estrangeiro. O remetente promete oferecer à vítima uma comissão em troca de pagamentos para cobrir taxas de transferência ou acesso a números de contas bancárias.

INSEGURANÇA EM CASA

Os grupos transnacionais de crime organizado podem vitimar pessoas em qualquer parte do mundo, através de elaboradas fraudes financeiras na Internet, do tráfico de seres humanos e do contrabando de droga. Desta forma, grupos como o Black Axe representam uma clara ameaça à segurança.

No entanto, é dada menos atenção à forma como esses grupos podem pôr em perigo a segurança nos seus países e regiões de origem. Ewi disse que este fenómeno coloca problemas particularmente difíceis, devido à falta de conhecimento e de estudos sobre estes grupos.

Em primeiro lugar, as origens dos grupos como grupos filantrópicos destinados a apoiar o movimento do poder negro e a combater o racismo conferem um verniz de respeitabilidade. Além disso, alguns dos grupos têm elementos criminosos e não criminosos. “Este é um aspecto fundamental do facto de o movimento Black Axe se ter conseguido tornar global da forma como se tornou,” afirmou Ewi.

“Porque é que também se tornou tão popular? Actualmente, com as dificuldades que muitos jovens enfrentam, o enorme desemprego em África, o facto de muitos jovens não conseguirem encontrar emprego,





Membros do grupo vigilante Yansakai entregam armas no Estado de Zamfara em 2019, após uma paz negociada com gangues regionais.

grupos como estes são muito, muito apelativos,” afirmou Ewi. “E se conseguirem ter bons membros, podem conseguir uma boa organização. Conseguem atrair muitos desses jovens e o movimento Black Axe, os grupos como os Maphite, grupos como os Airlords — todos eles capitalizaram isso.”

Estas dinâmicas são semelhantes às que estão na base do recrutamento das organizações extremistas violentas como o Boko Haram e o al-Shabaab. Os jovens sem perspectivas de emprego ou oportunidades de educação descobrem que podem ganhar dinheiro e estatuto empunhando armas e lutando por esses grupos. O mesmo se passa com as gangues locais e transnacionais.

Esta situação pode degradar a segurança do Estado de várias formas. Ao nível mais baixo, as gangues locais, como as da África do Sul, perpetraram violência e pequenos crimes, pondo em perigo os residentes locais e desafiando a aplicação da lei. Para além dos pequenos crimes de rua e da violência, os grupos criminosos maiores e mais bem organizados, com mais dinheiro, podem influenciar o governo, através de influência política, suborno e outras formas de ilegalidade. O Black Axe tem a reputação de ter ligações e influência na política nigeriana.

“Se mais destes grupos continuarem a crescer, representam uma séria ameaça para o país de origem, porque são tão ricos que podem comprar qualquer pessoa no país de origem, e o país de origem torna-se um porto seguro,” disse Ewi. “Se, por exemplo, enfrentam sérios desafios no estrangeiro, regressam sempre a casa. Assim, o seu crescimento constitui uma séria ameaça para a

estabilidade, a paz e a coesão dos seus países de origem. E é isso que estamos a ver.”

A AMEAÇA DOS LAÇOS EXTREMISTAS

Uma potencial ameaça à segurança colocada pelo Black Axe e por outros bandos de crime organizado é a possibilidade de cooperação com grupos extremistas violentos, como o Boko Haram e as suas ramificações regionais. O problema é que há pouca ou nenhuma informação sobre se, como e em que medida essa cooperação pode existir.

“Há muito pouca informação sobre a organização proveniente de fontes académicas, o que apoia a sugestão de que a organização criminosa nigeriana não foi estudada, aumentando a reputação de secretismo do grupo,” a escritora sul-africana Candice Boyers escreveu para o site Chosen Narrative, em 2023.

Ewi concorda. A investigação sobre a possibilidade de tais ligações não é apenas escassa, é “inexistente,” disse. É razoável considerar que grupos extremistas como o Boko Haram procurariam ligar-se de alguma forma a um grupo criminoso transnacional bem relacionado como o Black Axe, disse, apontando para alguns relatos de cooperação entre o Boko Haram e bandidos, no norte da Nigéria.

No artigo de Janeiro de 2022 “Northwestern Nigeria: A Jihadization of Banditry, or a ‘Banditization’ of Jihad?,” os autores James Barnett, Murtala Ahmed Rufa’i e Abdulaziz Abdulaziz confirmam que tem havido algumas ligações entre os extremistas nigerianos do nordeste e os bandidos do noroeste, principalmente do Estado de Zamfara.



No Estado de Zamfara, bandidos nigerianos queimaram esta casa e mataram 48 pessoas durante uma represália contra vigilantes. Há quem diga que os bandidos têm cooperado de forma limitada com os extremistas do Boko Haram no nordeste do país.



As autoridades nigerianas recuperaram estas armas dos bandidos durante a Operação Safe Haven, em 2022.

As ligações, escrevem, assumem normalmente três formas: coexistência, cooperação e convergência. O artigo refere que os militantes do Boko Haram “coexistiam e cooperavam de forma intermitente com bandidos no noroeste, limitando a sua cooperação em trocas de material ou de competências a curto prazo e mutuamente benéficas.” No entanto, não se verificou uma convergência em que cada grupo adopte cada vez mais os comportamentos do outro. Ao contrário do Black Axe, os bandidos do noroeste da Nigéria são bandos rurais dedicados a raptos com pedidos de resgate, roubo de gado, extorsões locais e pilhagens, escreveram os autores.

Então, poderá uma organização como a Black Axe encontrar uma causa comum com um grupo terrorista como o Boko Haram? Ewi acredita que é possível. Afirmou ainda que a cooperação entre as duas partes é mutuamente vantajosa. Por exemplo, um grupo extremista pode recorrer à rede multinacional de um grupo de crime organizado para transportar ou adquirir armas para si próprio ou traficar outro contrabando com fins lucrativos. Inversamente, um grupo criminoso pode beneficiar dos pagamentos efectuados pelos terroristas pelos serviços prestados.

COMBATENDO A ILEGALIDADE

As autoridades nigerianas perseguiram várias vezes os criminosos das confrarias a nível local. Em Julho de 2021, o Comando da Polícia do Estado do Delta prendeu vários membros do Black Axe e confiscou duas pistolas, um machado de guerra, uma catana, munições, dois computadores portáteis, seis telemóveis e um carro roubado, segundo o blogue de notícias nigeriano SouthernVoice.

Em Setembro de 2023, a polícia do Estado de Ekiti prendeu 17 pessoas por crimes como “cultismo, homicídio e rapto,” segundo o Nigerian Tribune. Os suspeitos confessaram ser membros dos Airlords. Mas esses esforços podem não ser suficientes.

À medida que grupos como o Black Axe crescem e testam os esforços de segurança no país e no estrangeiro, a sua omnipresença global tornará infrutífero um esforço unidimensional, disse Ewi. Os países terão de cooperar e partilhar informações para as atacar globalmente.

“Não é possível derrotá-los lutando contra eles num só país,” afirmou. “Não funciona. Enquanto existirem num ou dois outros países, permanecerão, replicarão as suas células e tornar-se-ão, muito difíceis de derrotar. Por isso, tem de ser, na minha opinião, um movimento global.” □

PILHANDO A
GENEROSIDADE
DA
NATUREZA



NA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA, O ROUBO DE MADEIRA VALIOSA ALIMENTA A INSEGURANÇA

EQUIPA DA ADF

A pesar de uma espantosa variedade de recursos naturais, a República Centro-Africana (RCA) tem sofrido anos de guerra civil, má governação e corrupção. Traficantes, terroristas, mercenários e ladrões estão a roubar a sua riqueza em diamantes, ouro e madeira de alta qualidade a uma escala industrial.

Mais de um terço do país é constituído por florestas, que contribuem com 13% das receitas de exportação, segundo o Enhancing Africa's Response to Transnational Organised Crime (ENACT), um projecto da União Europeia que estuda o crime organizado em África. Mas isso é apenas o rendimento das operações legítimas de abate de árvores. Quantidades incalculáveis de madeira de alta qualidade para mobiliário saem ilegalmente do país, geralmente enviadas para a China para fabricar mobiliário artesanal.

Os países africanos perdem 17 bilhões de dólares por ano com o abate ilegal de árvores. As Nações Unidas informaram que a quota de África nas exportações de madeira de lei para a China aumentou de 40% em 2008 para 90% em 2018. Em tempos, o Sudeste Asiático teve as suas próprias florestas de pau-rosa, mas estas ficaram tão esgotadas que os madeireiros começaram a pilhar outras partes do mundo.

“Pau-rosa” é o nome geralmente utilizado para descrever a madeira de lei proveniente de África, mas o termo não é totalmente exacto. O termo pau-rosa é utilizado para designar várias centenas de espécies de madeira tropical encontradas na África Ocidental e Central, no Sudeste Asiático e na América Latina. Algumas variedades de pau-rosa são classificadas na China como “hongmu,” um padrão superior de qualidade de mobiliário.

O pau-rosa é a madeira de lei mais apreciada em toda a RCA e no resto de África, mas os madeireiros também exploram outras espécies. Na RCA, uma madeira de lei castanho-avermelhada chamada sapele tornou-se popular na China nos últimos anos. Os madeireiros também pilham teca, pau-brasil e mogno.

Os móveis de hongmu eram originalmente fabricados para pessoas como os imperadores Ming e os extremamente ricos. De acordo com a revista Foreign Policy, durante a Revolução Cultural chinesa, este tipo de mobiliário era desprezado e violentamente confiscado pelo Partido Comunista Chinês, que o considerava uma riqueza “burguesa.”

Actualmente, o pau-rosa é utilizado na China para mobiliário personalizado, que se tornou popular entre a classe média e é considerado um símbolo de estatuto e um investimento a longo prazo. O mercado de mobiliário de pau-rosa na China está estimado em 26 bilhões de dólares anuais.

A censura dos meios de comunicação social na China significa que a maioria dos cidadãos chineses não tem conhecimento da dimensão do problema da exploração ilegal de madeira nos países africanos. “Não há uma cobertura genuína do lado chinês,” Haibing Ma, especialista em política asiática, disse à Foreign Policy.



Exploração madeireira na República Centro-Africana

INSTITUTO DE RECURSOS MUNDIAIS

O pau-rosa tornou-se o produto silvestre ilegal mais comercializado no mundo. Segundo a Interpol, o tráfico de marfim, de chifres de rinoceronte ou de escamas de pangolim é muito maior. É vendido por até 50.000 dólares por metro cúbico e o seu valor aumenta 700 vezes desde o madeireiro até ao comprador final.

O abate de árvores começa geralmente com o suborno de funcionários locais e nacionais da RCA. A cadeia criminosa começa com traficantes dos países fronteiriços dos Camarões, do Chade, da República Democrática do Congo (RDC), da República do Congo, do Sudão e do Sudão do Sul, de acordo com um estudo de Julho de 2023 do ENACT.

“A ACTIVIDADE CRIMINOSA ORGANIZADA PODE OCORRER EM QUALQUER FASE DA CADEIA DE ABASTECIMENTO, DURANTE A EXTRACÇÃO, A SERRAÇÃO, O TRANSPORTE, A COMERCIALIZAÇÃO OU O BRANQUEAMENTO DOS LUCROS.”

– Centro de Estudos Estratégicos de África



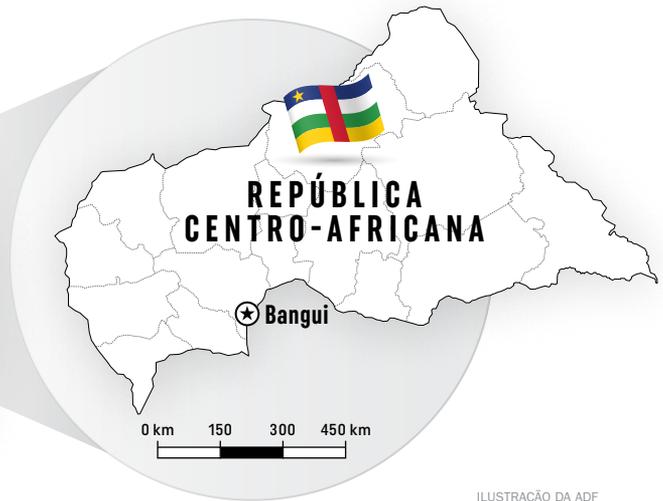
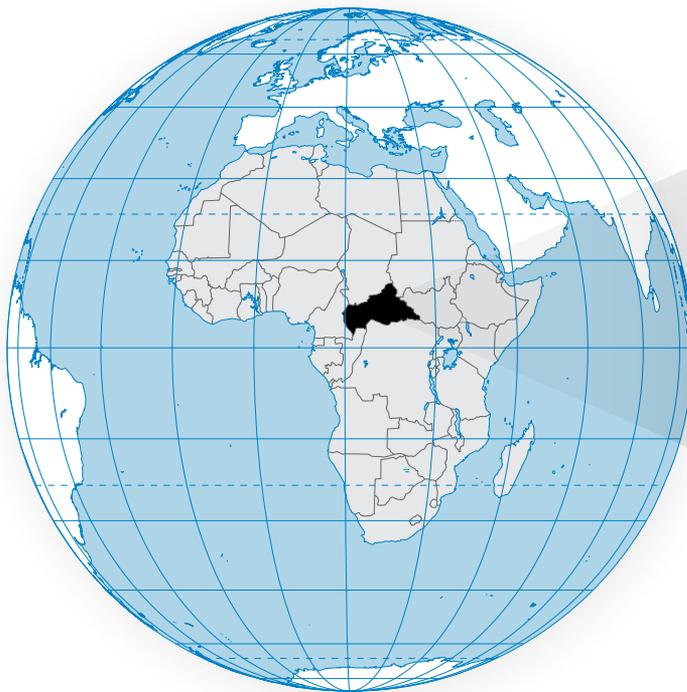


ILUSTRAÇÃO DA ADF

“No entanto, os barões são cidadãos estrangeiros de países asiáticos,” informou o ENACT. “Embora a RCA seja o país de origem da exploração ilegal de madeira, a madeira e os produtos ilícitos são traficados através dos países vizinhos por múltiplos corredores de trânsito rodoviário e fluvial.”

As condições na RCA são ideais para o crime. O país sem litoral possui 5.200 quilómetros de fronteira com os seus seis países vizinhos, o que torna a fiscalização das fronteiras quase impossível. Com uma fiscalização negligenciável da lei, o país atraiu uma série de especuladores e terroristas que querem usar o dinheiro da exploração de madeira para comprar armas.

A exploração ilegal de madeira pode multiplicar a corrupção e o crime em todo o país. Os investigadores do Centro de Estudos Estratégicos de África (ACSS) afirmam que o abate de árvores amplifica o crime organizado e as ameaças extremistas e, por sua vez, torna a governação mais difícil, porque envolve o conluio entre altos funcionários do governo e redes criminosas. O conluio enfraquece o controlo dos recursos naturais.

“A actividade criminosa organizada pode ocorrer em qualquer fase da cadeia de abastecimento, durante a extracção, a serração, o transporte, a comercialização ou o branqueamento dos lucros,” informou o ACSS.

OUTROS PAÍSES ENVOLVIDOS

Embora a RCA seja um dos focos de exploração ilegal de madeira em África, está longe de ser o único país africano a lidar com este tipo de problemas:

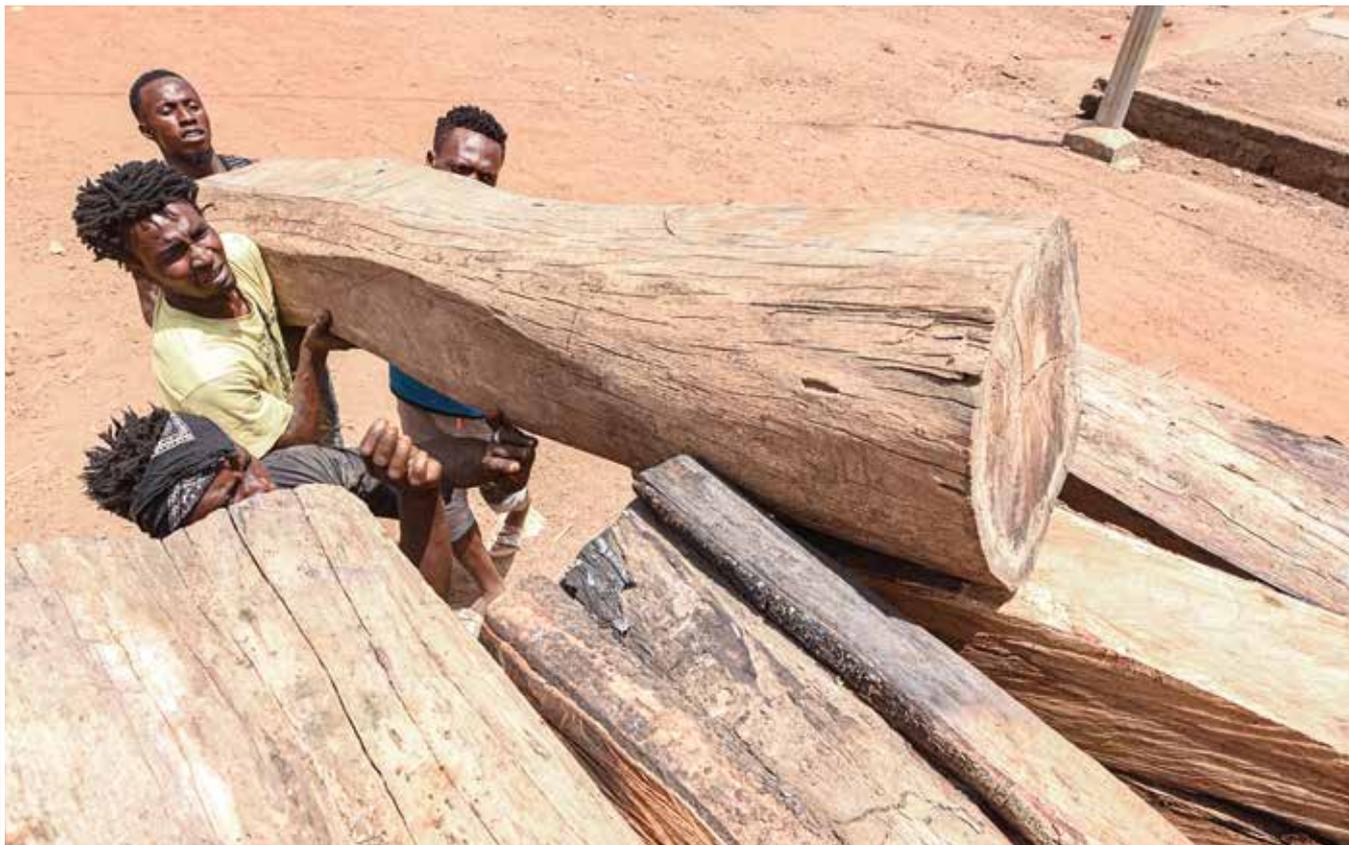
- Em 2021, a Comissão Anticorrupção da Zâmbia apreendeu 47 camiões cheios de pau-rosa extraído ilegalmente. O ACSS informou que a madeira se dirigia para as fronteiras da Namíbia e do Zimbábue e que se tratava de um dos vários casos de exploração ilegal de madeira envolvendo membros do governo zambiano.



Pau-rosa é empilhado numa floresta da Guiné-Bissau. REUTERS

- O ACSS também informou que, na Guiné Equatorial, um alto funcionário do governo “lucrou imenso” com o transporte e a exportação de madeiras de lei raras. O centro informou que ele vendeu algumas florestas nacionais a empresas privadas e utilizou uma empresa fantasma ligada ao Ministério da Agricultura para cobrar taxas de processamento, carregamento e transporte da madeira.
- No Gabão, as autoridades apreenderam mais de 390 contentores carregados com toros de Kezavingo, um

Um camionista da Guiné espera para transportar cargas de pau-rosa serrado para a capital da Guiné-Bissau. REUTERS



Homens carregam toros de pau-rosa acabados de cortar para um caminhão. REUTERS

tipo de pau-rosa, avaliados em 250 milhões de dólares, o site sobre economia global, Quartz, reportou em 2019. Um mês depois, 350 contentores desapareceram, expondo a corrupção e a falta de regulamentação na indústria madeireira local. Depois de 200 dos contentores desaparecidos terem sido encontrados e novamente apreendidos, o então presidente do Gabão demitiu o seu vice-presidente e o ministro das florestas.

- No Mali, os madeireiros ilegais têm extraído grandes quantidades de um tipo de pau-rosa conhecido como kosso, que é particularmente popular na China. Entre Maio de 2020 e Março de 2022, a China importou 148.000 toneladas de kosso do Mali, apesar da proibição da extração e do comércio das árvores, informou a Agência de Investigação Ambiental (EIA). Segundo a agência, foram necessárias 220.000 árvores para produzir essa quantidade de madeira, que enche mais de 5.500 contentores de transporte. O relatório da EIA refere que os carregamentos ilegais são o resultado de uma “corrupção profundamente enraizada” no Mali, incluindo licenças inválidas e funcionários públicos que recebem subornos.
- Em meados de 2023, o jornal nigeriano This Day noticiou que o Estado de Taraba, na Nigéria, tinha imposto uma proibição total do abate de um tipo de pau-rosa popularmente chamado Madrid. O governador alargou a proibição de modo a incluir a transformação e a venda da valiosa madeira. O

jornal refere que milhares de árvores foram cortadas no Estado nos últimos oito anos, com uma grande parte dos lucros a ir parar “aos bolsos privados e não aos cofres do Estado.”

A exploração ilegal de madeira em África há muito que está associada a grupos extremistas e a redes criminosas. Na **Nigéria**, são exportados anualmente bilhões de dólares de pau-rosa, grande parte dos quais provenientes de florestas controladas pelo grupo terrorista Boko Haram. Na **Gâmbia**, os troncos de pau-rosa exportados são contrabandeados de rebeldes separatistas da região de Casamança, no vizinho **Senegal**.

As redes de tráfico de madeira na **Tanzânia** e na **RDC**, ligadas a grupos militantes em **Moçambique**, ganharam milhões de dólares por mês com o abate ilegal de árvores, noticiou o The Conversation. No Senegal, o Movimento das Forças Democráticas da Casamança tem financiado a sua insurgência através do abate ilegal de árvores de pau-rosa. As milícias da **Libéria** e da **RCA** também utilizam a exploração madeireira para financiar as suas operações. A Global Witness denunciou que os grupos armados da RCA têm estado a utilizar a “cobertura do conflito” para destruir as florestas tropicais do país.

No **Mali**, os extremistas utilizam a questão do tráfico de madeira como meio de propaganda, dizendo à população que vão proteger as florestas do país dos madeireiros. “Os apoiantes dos rebeldes exploram a crise florestal e a frustração entre a população das províncias do sul

como forma de promover a sua causa,” informou a EIA, segundo a Voz da América. “Alegam frequentemente que só a disciplina rigorosa dos jihadistas pode pôr fim à crise do pau-rosa e aos círculos de grande corrupção que esta alimentou.”

GRUPO WAGNER ENVOLVIDO

Os mercenários russos do Grupo Wagner estão a entrar em acção. O grupo tem apoiado vários líderes em África, nomeadamente na RCA, na Líbia, no Mali e no Sudão, em troca de direitos minerais. Na RCA, os mercenários do Grupo Wagner servem como guardas pessoais do Presidente Faustin-Archange Touadéra.

A organização de investigação All Eyes on Wagner, que investiga as actividades do grupo em todo o mundo, descobriu que o governo da RCA deu a uma empresa chamada Bois Rouge uma concessão de exploração madeireira de 30 anos, em 2021, para abater árvores em cerca de 186.000 hectares — uma área com mais do dobro do tamanho do Parque Nacional Mbaéré-Bodingué, do outro lado do Rio Mbaéré. A empresa, embora supostamente gerida por um cidadão da RCA, também apareceu numa exposição comercial em Xangai e foi registada como sendo russa. Se o Grupo Wagner explorar apenas um terço da área contratada, segundo algumas estimativas, poderá colher quase 900 milhões de dólares com a venda dos toros no mercado internacional.

Em 2023, a CBS News filmou secretamente camiões do Grupo Wagner a saírem da base militar do grupo perto da capital, Bangui, carregados de madeira. Os mercenários russos garantiram a segurança da coluna até à fronteira com os Camarões, onde lhes foi dada passagem.

“Na fronteira, os condutores apresentaram um documento de passagem segura carimbado pelo governo da RCA,” informou a CBS. “O documento funciona como um distintivo diplomático — significa que os veículos não podem ser revistados.”

Segundo o ENACT, um relatório de investigação concluiu que, “para extrair a madeira quase sem custos, os mercenários cometeram graves violações de direitos humanos, incluindo a invasão e o ‘esvaziamento’ de cidades e aldeias. Os mercenários estrangeiros são, portanto, parcialmente responsáveis pela instabilidade na região da floresta tropical.”

IMPEDINDO A EXPLORAÇÃO DE MADEIRA

Uma das estratégias para resolver o problema da exploração ilegal de madeira tem sido a declaração de moratórias por parte dos países relativamente a qualquer tipo de abate de árvores. Em geral, essas restrições não têm funcionado; é fácil contorná-las quando os sistemas de segurança e de justiça do Estado estão envolvidos nos crimes. Vários países impuseram moratórias e depois abandonaram-nas, alegando que não dispunham de recursos para as fazer cumprir.

Acabar com a exploração ilegal de madeira exigirá

uma determinação que poucos países foram capazes de reunir. O ENACT afirma que o ponto de partida seria a demonstração, pelos mais altos níveis de governo de cada país, da vontade política de acabar com a corrupção extractiva no sector madeireiro, em particular os madeiros ilegais que as autoridades estatais protegem.

Segundo um relatório do The Conversation, para pôr termo à exploração ilegal de madeira é necessário desmantelar as redes criminosas de alto nível que a conduzem e travar os actores governamentais que a permitem. O controlo e a responsabilização são fundamentais.

O Instituto de Estudos de Segurança diz que o maior desafio da exploração ilegal de madeira é acabar com a corrupção que permeia todo o processo. Os países não podem fazer isso sozinhos. Referindo-se à RCA, o instituto disse que seria uma “tarefa hercúlea” impedir que actores, empresas e facilitadores estrangeiros explorem ilegalmente e trafiquem madeira.



Estafetas na China carregam mobiliário personalizado feito de pau-rosa africano. THE ASSOCIATED PRESS

“É provável que seja necessário pressionar a comunidade internacional para que sejam aplicadas sanções contra as empresas do sector madeireiro mundial,” salientou o instituto.

O ACSS afirma que para acabar com a exploração ilegal de madeira será necessário reforçar a responsabilização independente, em vez de confiar apenas nos governos para fazerem o correcto. Para esse fim, o centro disse que isso pode incluir o destacamento de inspectores-gerais, a criação de procuradores florestais designados junto dos gabinetes dos procuradores gerais e a criação de organismos sub-regionais de supervisão judicial.

Uma vez que a cumplicidade dos funcionários do governo impede o poder dos tribunais nacionais de perseguir a exploração ilegal de madeira, é necessária uma forte supervisão externa, concluiu o centro. “Isso pode ser feito através da sociedade civil nacional e, em certos casos, da cooperação internacional, na partilha de informações e nos processos judiciais.” □

Reservas da Vida Selvagem em Risco

Aumentam as Dúvidas Sobre o Que os Países Devem Fazer Com o Marfim Confiscado

EQUIPA DA ADF





Guardas-florestais do Serviço de Vida Selvagem do Quênia empilham presas de elefante para serem incineradas. Foram destruídas mais de 100 toneladas métricas de presas e outros produtos animais.

THE ASSOCIATED PRESS

Durante anos, a República Democrática do Congo (RDC) tem sido afectada por gangues internacionais que abatem e vendem partes de animais em vias de extinção.

“A RDC, que faz fronteira com nove países, serve como um importante ponto de trânsito para o movimento de peças traficadas,” informou a agência de notícias ambientais Mongabay em 2022. “A nação centro-africana, que alberga a maior faixa de floresta tropical da Bacia do Congo, é também um país de origem de produtos ilegais da vida selvagem.”

Num dos casos, as autoridades efectuaram investigações durante três anos antes de invadir um “esconderijo” na cidade de Lubumbashi, apreendendo 2 toneladas métricas de marfim avaliado em 6 milhões de dólares.

As autoridades que efectuaram a rusga disseram que as presas provinham de mais de 150 elefantes. As três pessoas detidas em Maio de 2022 eram consideradas membros de uma grande rede de tráfico de animais selvagens que operava em toda a África Austral, segundo a Mongabay.

Cinco meses mais tarde, os agentes de segurança prenderam dois homens e as autoridades apreenderam 3,5 milhões de dólares em marfim, cornos de rinoceronte e escamas de pangolim provenientes da RDC. Os homens reconheceram que, de Novembro de 2019 a Junho de 2021, enviaram 22 quilogramas de marfim de Kinshasa, cortando as presas em pedaços menores, pintando-as de preto e rotulando-as como madeira, informou a The Associated Press.

As presas de elefante, os chifres de rinoceronte, as escamas de pangolim e até as peles de burro são mercadorias muito procuradas na Ásia, sobretudo na China. As presas são esculpidas em ornamentos e jóias elaborados e caros, e os chifres, as escamas e as peles são utilizados na medicina tradicional chinesa (MTC). A procura de peles de burro só na Ásia está estimada em 5 milhões por ano. Nenhum destes materiais orgânicos é comercializado legalmente.

Os grupos criminosos acumulam estes materiais na RDC enquanto planeiam formas de os transportar para fora do país. O grupo de investigação ambiental Oxpeckers diz que o que acontece ao marfim e a outros bens apreendidos é geralmente desconhecido. O ambientalista da RDC Josué Aruna diz que esses bens apreendidos “provavelmente voltarão ao mercado negro,” porque as autoridades não revelam o que fazem com eles. Durante a Conferência das Partes da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), em 2019, as autoridades afirmaram estar “cientes de uma série de roubos de marfim de stocks detidos pelo governo nos últimos anos.”

Este comércio ilegal tem um custo enorme. Animais em vias de extinção são abatidos e centenas de guardas da vida selvagem foram assassinados no cumprimento do seu dever.

O contrabando é feito à custa da boa governação local, da estabilidade da comunidade e da segurança regional.

O dinheiro do comércio também financia grupos extremistas. Como refere a Humane Society International,

Um pangolim-de-barriga-branca foi resgatado de traficantes locais de animais no Uganda. As escamas destas pequenas criaturas são utilizadas na medicina tradicional chinesa, apesar de não terem qualidades medicinais. AFP/GETTY IMAGES





Uma mulher mistura medicamentos tradicionais chineses numa farmácia de um hospital em Xangai. AFP/GETTY IMAGES



Um gestor de uma quinta na África do Sul mostra a sua burra de 8 anos, Elsa. A medicina tradicional chinesa pode incluir uma substância feita de pele de burro. A população de burros está agora a diminuir em países como Burquina Faso, Quênia e África do Sul. AFP/GETTY IMAGES



Um funcionário do Chefe do Comando Marítimo e Portuário de Hong Kong mostra chifres de rinoceronte contrabandeados encontrados escondidos em contentores enviados da África do Sul. THE ASSOCIATED PRESS

vários grupos de milícias africanas “envolveram-se na caça furtiva de elefantes e utilizaram os lucros da venda do marfim para financiar as suas actividades terroristas.”

Os países de toda a África debatem-se com o manuseamento e armazenamento de marfim e chifres de rinoceronte confiscados. A organização de conservação Traffic, num relatório publicado em 2020, referiu que “uma das fontes conhecidas de marfim ilegal é a fuga de stocks detidos pelo governo.”

A Traffic constatou que o marfim e os cornos de rinoceronte confiscados podem acabar armazenados em bancos, postos de patrulha, estâncias aduaneiras, tribunais, esquadras de polícia e outras agências.

A Oxpeckers informou que, normalmente, estas agências podem conservar as mercadorias durante um período ilimitado e que os stocks não são inventariados.

PROTECÇÃO DE UMA RESERVA

Mesmo quando o marfim e outros bens confiscados não regressam ao mercado negro, permanece o problema de saber o que fazer com eles. O Zimbabwe, que alberga a segunda maior população de elefantes do mundo, a seguir ao Botswana, possui um depósito de marfim e de chifres

de rinoceronte confiscados no valor de 600 milhões de dólares. O armazenamento das 130 toneladas métricas de marfim e das 6 a 7 toneladas métricas de cornos de rinoceronte é um problema de segurança dispendioso devido ao volume do material.

O Zimbabwe pretende vender o marfim e o corno de rinoceronte confiscados para ajudar a financiar a protecção da vida selvagem do país. O canal digital TRT Afrika informa que a Autoridade dos Parques e da Vida Selvagem do Zimbabwe tem tido dificuldades devido a restrições financeiras nos últimos anos.

A autoridade não está incluída no orçamento nacional e, independentemente, precisa de pelo menos 20 milhões de dólares anuais para garantir o seu trabalho de conservação. A autoridade precisa de mais carros de patrulha, drones de vigilância e pessoal.

Há dois anos que o Zimbabwe tem vindo a solicitar a compra. Até à data, a resposta tem sido negativa.

Em 1989, a CITES proibiu a venda de marfim. No início, a proibição funcionou e a procura de marfim em algumas partes do mundo caiu para um mínimo histórico. A Humane Society International referiu que “o comércio ilegal foi severamente restringido e as fábricas

de escultura em marfim da China e as lojas de Hong Kong foram encerradas.” Mas em 1999, a CITES aprovou uma venda única de quase 50 toneladas de marfim armazenado do Botswana, da Namíbia e do Zimbábue ao Japão. Isso desencadeou um interesse renovado pelo marfim e, de Janeiro de 2000 a Junho de 2002, mais de 1.000 elefantes africanos foram encontrados mortos, para retirada das suas presas.

Em 2008, mais uma vez com a aprovação da CITES, o Botswana, a Namíbia, a África do Sul e o Zimbábue exportaram 102 toneladas métricas de marfim armazenado pelo governo para o Japão e a China. A Humane Society International afirmou que a venda desencadeou mais massas de elefantes africanos.

A sociedade defende que, para salvar os elefantes, a venda de marfim deve ser ilegal, sem exceções para as vendas legais de reservas. Mais de 20 países em todo o mundo determinaram que a única forma segura de manter o marfim e o corno de rinoceronte confiscados fora do mercado é destruí-los, normalmente através de incineração ou esmagamento.

O Quênia foi o primeiro país a realizar uma incineração pública em 1989. Na altura, Paul Udoto, porta-voz do Serviço de Vida Selvagem do Quênia, disse que a incineração histórica era uma “medida desesperada destinada a enviar uma mensagem ao mundo sobre a destruição dos elefantes do Quênia através da caça furtiva,” informou mais tarde a Tsavo Trust, uma organização de conservação. A incineração do marfim não é uma tarefa fácil: demora cerca de uma semana para incinerar uma presa de elefante macho médio.

Os conservacionistas e os governos que apoiam a destruição dos bens confiscados afirmam que esta prática reforça o apoio público à protecção dos animais em vias de extinção e envia uma mensagem aos caçadores furtivos de que o seu trabalho é imoral e inútil. Os críticos afirmam que esta prática não só pode aumentar a caça furtiva ao criar uma percepção de escassez no mercado negro, como também priva os países da oportunidade de ganharem milhões de dólares com o seu trabalho de travar os contrabandistas.

MTC ESTENDE-SE PARA ÁFRICA

A prática de utilizar coisas como chifres de rinoceronte, escamas de pangolim e partes de tigre na MTC remonta a séculos. Os ingredientes animais não têm qualquer valor no tratamento de doenças, mas a sua utilização é tão frequente na MTC que algumas das criaturas se tornaram ameaçadas de extinção. Foram abatidos tantos pangolins asiáticos que os contrabandistas passaram a capturar pangolins africanos.



Autoridades indonésias destroem objectos de vida selvagem apreendidos, incluindo partes de pangolins, tartarugas e outros animais, no dia 10 de Agosto de 2023. AFP/GETTY IMAGES

A African Wildlife Foundation refere que os caçadores furtivos matam cerca de 2,7 milhões de pangolins africanos por ano, o que faz deles o mamífero mais traficada do mundo. As escamas são utilizadas na MTC para tratar uma variedade de doenças, incluindo a artrite e o cancro. As escamas são compostas por queratina, o mesmo material das unhas humanas.

“O nível a que os pangolins estão a ser traficados é enorme em comparação com o que era no passado,” afirmou Sarah Stoner, da Wildlife Justice Commission, em 2020, segundo a revista National Geographic. “É um nível completamente diferente.”

A situação vai piorar. A Iniciativa do Cinturão e Rota da China, que financia infra-estruturas em todo o mundo, tem como objectivo declarado a difusão da MTC. A Agência de Investigação Ambiental afirma que “grandes empresas e inúmeras clínicas já se estabeleceram em todo o continente e alguns retalhistas planeiam estabelecer cadeias de abastecimento completas, desde o abastecimento até às vendas.”

A nossa preocupação real é que uma expansão tão grande da MTC em África, como a que está a acontecer no âmbito da Iniciativa do Cinturão e Rota da China, tenha o efeito de aumentar drasticamente a procura de tratamentos que contenham animais selvagens,” informou a agência. É “uma receita para o desastre de algumas espécies animais ameaçadas, como leopardos, pangolins e rinocerontes.”

COMO ACABAR COM O TRÁFICO?

Os conservacionistas e os defensores da protecção dos animais dizem que é necessário mais trabalho para acabar com a venda ilegal de animais em vias de extinção e evitar que os materiais confiscados voltem a entrar no mercado negro. A Fundação Africana para a Vida Selvagem afirma que todos os controlos da



Polícia armada dos Camarões garante a segurança de presas de elefante traficadas ilegalmente, que foram posteriormente incineradas.

THE ASSOCIATED PRESS

comercialização de partes de animais começam com uma estratégia de três vertentes: “Acabar com as mortes, com o tráfico e com a procura.”

A Agência de Investigação Ambiental tem um plano para acabar com o comércio de marfim, mas este também se aplicaria, em parte, a outras formas de tráfico de animais. O plano inclui o desmantelamento de redes criminosas, através de investigações secretas, o trabalho para encerrar todos os mercados de marfim, a exposição do centro global do comércio ilegal de marfim, o desmantelamento de sindicatos de tráfico de marfim e a continuação da pressão para que sejam adoptadas leis internacionais que proibam essas vendas.

Outras agências e peritos recomendaram as seguintes medidas para acabar com a venda de partes de animais no mercado negro:

- **Aumentar a protecção das espécies ameaçadas.** O Malawi está a utilizar tecnologia acessível, como os drones de vigilância, para apoiar os guardas-florestais na sua tentativa de proteger a vida selvagem.
- **Incentivar o turismo.** Investir em infra-estruturas para que os turistas possam visitar as reservas de vida selvagem pode ser um ganho financeiro. Para além das receitas turísticas, os turistas munidos de uma máquina fotográfica podem dissuadir

os potenciais caçadores furtivos. Países como o Botswana, que têm uma forte orientação para a conservação, atraem turistas que estão ansiosos por ver rinocerontes, elefantes e outros animais.

- **Parceria com grupos da sociedade civil.** Os governos têm tido sucesso na colaboração com instituições de caridade e grupos ambientais que protegem espécies ameaçadas. Estes esforços dos sectores público e privado podem pressionar os países de destino a reforçar a aplicação da legislação.
- **Processar agressivamente os traficantes de animais selvagens.** “Coordenar investigações transfronteiriças e reunir as provas necessárias é complicado,” refere a Mongabay. “Os crimes contra a vida selvagem não são, muitas vezes, considerados prioritários pelas agências de aplicação da lei ou pelas autoridades judiciais.” Outros peritos afirmam que a acção penal só pode ser tão boa quanto a integridade dos sistemas judiciais e o profissionalismo no tratamento das provas. O grupo de defesa da vida selvagem concluiu: “A corrupção e/ou a falta de aplicação adequada da lei permite que o crime organizado e o terrorismo ganhem terreno em alguns países e alimenta o comércio de marfim.” □



Avião de treino
Beechcraft T-6C
Texan II
BEECHCRAFT

Primeiros Aviões de Treino T-6C Chegam à Tunísia

DEFENCEWEB

A Força Aérea Tunisina recebeu dos Estados Unidos oito aeronaves de treino Beechcraft T-6C Texan II. Os pilotos tunisinos começaram a treinar nas aeronaves nas instalações da Textron Aviation Defence em Wichita, Kansas, no final de 2022. As T-6Cs serão as novas aeronaves de treino primário da Força Aérea Tunisina e serão pilotadas pelo Esquadrão N° 13 da Base Aérea de Sfax/Aeroporto Internacional de Sfax-Thyna. A utilização da aeronave será apoiada por um conjunto de dispositivos, incluindo um sistema de formação em terra, um simulador de voo operacional e um laboratório de formação informatizado.

Os estudantes da Força Aérea Tunisina fazem a sua formação básica em SF-260. A Tunísia recebeu nove SF-260CTs e 12 SF-260WT Warriors entre 1974 e 1978. Cerca de 18 SF-260 continuam a ser utilizados. Os estudantes de pilotagem passam depois para o Aermacchi MB-326 a jacto.

Marrocos é a única outra nação africana que voa com T-6s, tendo encomendado 24 por 185 milhões de dólares em Outubro de 2009.

O T-6 é um desenvolvimento do avião de treino turbo-propulsores suíço Pilatus PC-9 e foi desenvolvido para

preencher o papel de Sistema de Treinamento Primário de Aeronaves Conjuntas da Força Aérea e da Marinha dos EUA. O modelo C é um aperfeiçoamento do T-6A Texan II com um cockpit de vidro integrado, um conjunto de avió-nica avançada e asas de ponta dura que podem acomodar tanques de combustível auxiliares.

Para além das asas de ponta rígida, a avió-nica melho-rada do T-6C inclui ecrãs de visualização, painéis de controlo frontais, três ecrãs multifunções e controlos práticos do acelerador e do manípulo. O equipamento reflecte os sistemas e as capacidades dos caças de ataque da linha da frente, mantendo todas as características de treino e de voo inerentes ao avião de treino T-6.

A Força Aérea Tunisina receberá outras aeronaves da Textron Aviation, estando quatro Cessna Grand Caravans a ser preparados para a entrega. Estes estão a ser modifica-dos com sensores electroópticos/infravermelhos, consolas de operação, rádios tácticos, ligações de dados de vídeo e iluminação compatível com a visão nocturna.

A frota de turbopropulsores monomotores Grand Caravan EX ajudará a Força Aérea Tunisina nas operações de informação, vigilância e reconhecimento no país. Os Caravans não serão armados.

Quênia Conclui Revisão Local dum Navio de Patrulha

DEFENCEWEB

O Quênia rededicou o navio de patrulha KNS Shupavu após uma revisão local realizada pela Kenya Shipyards Ltd. nas novas instalações do Estaleiro de Mombaça, na Base Naval de Mtongwe.

O recondicionamento começou em Novembro de 2021 e, de acordo com a Kenya Shipyards Ltd., envolveu a substituição de componentes importantes, como motores, geradores e outras máquinas, e a modernização dos sistemas eléctricos, do equipamento de navegação e de outros sistemas de bordo do navio.

Os trabalhadores pintaram o navio e renovaram os seus alojamentos. Foi acrescentada uma nova grua para lançar e recuperar barcos.

O Estaleiro de Mombaça já tinha começado a trabalhar no KNS Shupavu quando abriu oficialmente em Dezembro de 2021. Foi criado com o apoio da empresa de defesa e construção naval dos Países Baixos, Damen, e inclui uma rampa de lançamento, dois edifícios de estacionamento e quatro oficinas.

Os Estaleiros Navais do Quênia afirmaram que trabalharam em estreita colaboração com a Damen e a Marinha do Quênia para assegurar que o KNS Shupavu fosse



Funcionários do Kenya Shipyards trabalham no KNS Shupavu.

KENYA SHIPYARDS LTD.

correctamente recondicionado.

“O KNS Shupavu pode agora continuar a servir os interesses marítimos da nação durante muito mais anos, e este feito abre caminho a que outros navios da região sejam submetidos a remodelações semelhantes no futuro,” afirmou a Kenya Shipyards Ltd.

O navio irmão do Shupavu, KNS Shujaa, foi recondicionado pelos estaleiros navais da Damen nos Países Baixos e regressou a casa em Julho de 2018. O KNS Shujaa é um dos dois grandes navios de patrulha da classe Shupavu construídos pelos estaleiros navais de Gondan, na Espanha. Foram adquiridos em 1996 para substituir navios mais antigos e estão armados com canhões de 76 mm e 30 mm.

Força Aérea da Zâmbia Acrescenta Helicópteros para Resposta a Desastres e Manutenção da Paz

DEFENCEWEB

Os Estados Unidos anunciaram uma subvenção de 80 milhões de dólares para o fornecimento de quatro helicópteros Bell 412EP à Força Aérea da Zâmbia.

O General Michael Langley, comandante do Comando dos EUA para África, fez o anúncio em meados de Setembro de 2023, afirmando que a subvenção também cobre três anos de serviço, peças e formação.

O Major-General Oscar Nyoni, comandante-adjunto da Força Aérea da Zâmbia, afirmou que a subvenção ajudará a força a apoiar melhor as necessidades internas da Zâmbia, a segurança regional e as missões de manutenção da paz das Nações Unidas no estrangeiro.

O embaixador dos EUA na Zâmbia, Michael Gonzales, afirmou: “A contribuição que o general anunciou hoje não é apenas de helicópteros. Está a fornecer uma solução para as forças armadas e para o povo da Zâmbia.”

A Zâmbia opera uma grande diversificada de helicópteros, incluindo seis helicópteros de transporte de tropas e de assalto entregues entre 2015 e 2017. O país está a aumentar a sua frota de asas rotativas e, em Fevereiro, a Zâmbia encomendou dois helicópteros Enstrom 480B aos EUA para formação de pilotos e pessoal.



A Força Aérea da Zâmbia recebeu uma subvenção para adquirir quatro helicópteros Bell 412EP. EMBAXADA DOS EUA NA ZÂMBIA

A Força Aérea da Zâmbia possui uma frota substancial de aeronaves Bell/Agusta-Bell. Nos últimos anos, três helicópteros Bell/Agusta-Bell 412 chegaram da Itália e da África do Sul, juntando-se a uma dezena de Agusta-Bell 205 sobreviventes.

Em Março, o Tenente-General Colin Barry, comandante da Força Aérea da Zâmbia, disse que a força aérea tinha adquirido um helicóptero utilitário médio, que seria entregue em breve para movimentação de tropas, busca e salvamento, assistência em catástrofes e outras tarefas. Os Estados Unidos entregaram um Bell 212 em segunda mão em Junho. Barry indicou

que serão também adquiridos mais dois helicópteros.

Estes serão utilizados para apoio médico. Em Janeiro de 2023, a força aérea assinou um memorando de entendimento com os Serviços de Médicos Pilotos da Zâmbia para o fornecimento de tripulação, aeronaves, pessoal de manutenção e equipamento e serviços especiais para contribuir para os cuidados de saúde em áreas remotas. A força aérea utiliza regularmente os seus helicópteros para a ajuda em caso de desastres, assistência humanitária e evacuação médica, no seu país e em países vizinhos, por exemplo, no Malawi, após as cheias.

AFRICA CYBER SURGE II CAPTURA

CRIMINOSOS NUMA ESCALA CONTINENTAL

EQUIPA DA ADF

Uma operação conjunta de quatro meses da Interpol e da Afripol, envolvendo 25 países, ajudou a travar esquemas de crime cibernético que roubam pessoas vulneráveis e prejudicam as economias nacionais. A Africa Cyber Surge II teve início em Abril de 2023. Em Agosto, as autoridades tinham detido 14 pessoas acusadas de aplicar fraudes na internet em países como os Camarões, as Maurícias e a Nigéria.

A operação foi realizada após a primeira Africa Cyber Surge, em 2022. Ambas as operações recordam que a rápida disseminação da internet e da tecnologia dos smartphones em África ocorreu, em muitos casos, sem as necessárias protecções contra os burlões online e outros agentes maliciosos, segundo os especialistas.

Os organizadores da Africa Cyber Surge II afirmaram que os países precisam de estabelecer parcerias transfronteiriças para proteger os seus cidadãos.

“As operações coordenadas, como a Cyber Surge, são necessárias para dismantelar as redes criminosas e criar níveis de protecção individuais, organizacionais e sociais,” o director-executivo interino da Afripol, Jalel Chelba, disse num comunicado.

Entre os ataques mais comuns está o phishing, um ataque cibernético que leva as pessoas a abrir e-mails e mensagens de texto que libertam códigos maliciosos para os seus sistemas informáticos e smartphones. Uma outra tática é a utilização de ransomware, em que os piratas informáticos injectam código que bloqueia um sistema informático até que o proprietário pague para o restaurar.

A Africa Cyber Surge II invocou o tipo de cooperação transfronteiriça que os peritos em segurança cibernética consideram necessária. Entre os detidos encontram-se três pessoas dos Camarões envolvidas na venda fraudulenta de obras de arte no valor de 850.000 dólares. Os indivíduos foram capturados com a cooperação das autoridades da Costa do Marfim.

Para além destas detenções, o programa também:

- Eliminou 185 endereços da internet ligados a actividades maliciosas na Gâmbia.
- Permitiu que as autoridades dos Camarões encerrassem dois sites da darknet.
- Permitiu que as autoridades quenianas encerrassem 615 sites que alojavam malware — software normalmente associado a burlas na internet, como phishing e ransomware.

“A operação Africa Cyber Surge II conduziu ao reforço dos departamentos de cibercrime nos países-membros, bem como à solidificação de parcerias com intervenientes cruciais, como as equipas de resposta a emergências informáticas e os fornecedores de serviços de internet,” afirmou o Secretário-Geral da Interpol, Jürgen Stock, num comunicado em que anunciou os resultados da investigação.

Agentes da Interpol e da Afripol colaboram durante uma operação conjunta. INTERPOL

Forças Armadas do Gana Criam — DIRECÇÃO — CIBERNÉTICA

EQUIPA DA ADF

Com o crime cibernético a crescer rapidamente em África, as Forças Armadas do Gana (GAF) planeiam lançar uma Direcção de Operações de Guerra Cibernética e Electrónica para proteger as forças armadas da nação contra ataques cibernéticos e para expandir a capacidade do país para detectar e acabar com o crime na internet.

As GAF fazem parte do Comité Conjunto de Segurança Cibernética do Gana, criado em 2020 para identificar e responder a ameaças cibernéticas.

O Gana está entre os melhores países de África em matéria de segurança cibernética. É um dos únicos 14 países que assinaram a Convenção da União Africana sobre Segurança Cibernética e Protecção de Dados Pessoais. O Índice Global de Cibersegurança da União Internacional das Telecomunicações classifica o Gana em terceiro lugar, atrás das Maurícias e da Tanzânia, no que diz respeito à sua capacidade de proteger os dados dos utilizadores da internet e de impedir violações da segurança.

Apesar disso, o Banco do Gana estima que a fraude na internet custou aos ganeses mais de 4 milhões de dólares em perdas financeiras directas no primeiro semestre de 2023. O Gana tem mais de 23 milhões de utilizadores da internet, o que significa que 68% da população está online. Uma década antes, 2,3 milhões de ganeses estavam online, de acordo com a Autoridade de Segurança Cibernética do país.

Ao anunciar o novo programa no Camp Burma, em Acra, o Vice-Almirante Seth Amoama, chefe do Estado-Maior das GAF, salientou que a segurança no espaço cibernético se tornou tão vital para a defesa nacional como a segurança em terra, no mar, no ar e no espaço.

“Temos a responsabilidade de proteger os nossos dados, a nossa base de dados, a nossa rede, as nossas infra-estruturas de comunicação e outros bens das GAF,” afirmou Amoama, segundo o Ghanaian Times. Acrescentou ainda que a melhoria da sensibilização cibernética dos profissionais de segurança é uma prioridade máxima.

“Enquanto tomamos medidas para proteger a nossa infra-estrutura de informação crítica, queremos assegurar a todos que estão a ser feitos esforços para que os membros das GAF compreendam as vulnerabilidades das ameaças cibernéticas e o seu impacto na prontidão da missão,” afirmou.

Vice-Almirante Seth Amoama, chefe do Estado-Maior da Defesa do Gana, discursa na abertura do Mês Nacional de Sensibilização para a Segurança Cibernética, em Outubro de 2023. VALORES DAS FORÇAS ARMADAS DO GANA



MALAWI VAI UTILIZAR DRONES PARA SALVAR MANADAS DE ELEFANTES

AGÊNCIA BIRD STORY

Malawi anunciou que vai utilizar drones para proteger os elefantes dos caçadores furtivos em algumas das suas reservas de vida selvagem.

Os drones serão utilizados para a vigilância das reservas de vida selvagem de Nyika, Kasungu, Nkhotakota, Majete Vwaza e Liwonde.

O Malawi conta com guardas-florestais para patrulhar as regiões que separam os elefantes das zonas urbanizadas, para garantir que os caçadores furtivos não entrem nas reservas. Os drones permitem uma maior vigilância e tempos de resposta mais rápidos.

“Prevê-se que a utilização de drones na conservação da vida selvagem traga novas dimensões tanto na protecção como na investigação,” disse o porta-voz do Ministério do Turismo do Malawi, Joseph Nkosi.

Os drones também ajudarão os conservacionistas a controlar o tamanho das manadas e os movimentos dos elefantes. “A utilização de drones proporciona uma forma rápida, fácil e económica de monitorizar a vida selvagem à distância... podem ser uma ferramenta eficaz para a investigação da vida selvagem, monitorização e contagem de animais,” disse Nkosi.

As autoridades das reservas de vida selvagem congratulam-se com esta medida, afirmando que a informação instantânea os ajudará a encontrar os caçadores furtivos antes de estes atacarem os animais.

“Os caçadores furtivos ilegais conhecem bem o movimento dos animais; é por isso que vão directamente para os matar. Não podem passar o tempo a caçar porque sabem que podem ser apanhados,” disse David Nangoma, Director da Reserva de Vida Selvagem de Nkhotakota. “Por isso, precisamos de estratégias capazes de monitorizar tudo o que está a acontecer nestes locais, até mesmo o tratamento de animais feridos.”

Os malawianos estão a habituar-se à visão de drones a sobrevoar o país. De acordo com o site dronenews.africa, o país tem o maior corredor de drones do continente, acolhe a Academia Africana de Drones e Dados e tem empresas de logística de drones que entregam material médico às comunidades rurais. Os drones também têm sido utilizados nos esforços de recuperação após as cheias.

Há um sentimento crescente no Malawi de que as áreas intocadas, como os parques naturais, precisam de ser protegidas dos caçadores furtivos e dos empreendimentos. Para além dos parques do Malawi, são poucas as zonas do país que não foram despojadas de árvores.

“A biodiversidade desempenha um papel crucial na manutenção da resiliência e estabilidade dos ecossistemas,” afirmou Boniface Chimwaza, director ambiental do Ministério dos Recursos Naturais e das Alterações Climáticas. “Os ecossistemas saudáveis podem adaptar-se melhor aos impactos das alterações climáticas, como os fenómenos meteorológicos extremos, e prestar serviços essenciais, como a polinização e o controlo de pragas, que apoiam a agricultura e os meios de subsistência humanos.”

NOVO RELATÓRIO CONTABILIZA O CUSTO DOS GOLPES

EQUIPA DA ADF

A medida que o número de golpes de Estado aumenta em África, os economistas acompanham o seu custo em termos de abrandamento do crescimento e perda de investimento. Estão também a analisar a história recente para prever o impacto económico na África Ocidental.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento publicou um estudo em Julho de 2023, "Soldiers and Citizens: Military Coups and the Need for Democratic Renewal in Africa (Soldados e Cidadãos: Golpes Militares e a Necessidade de Renovação Democrática em África)," que mostra como os custos dos golpes se acumulam.

O estudo concluiu que os golpes de Estado "desencorajaram os investidores e reduziram as actividades económicas." Acrescentou que o impacto dos golpes de Estado se faz sentir a todos os níveis da economia. "Os preços dos alimentos e dos produtos essenciais — já sob pressão devido à COVID-19 e, mais recentemente, ao conflito na Ucrânia — foram afectados pela instabilidade em todos os contextos," concluíram os autores do relatório.

O estudo estima que o golpe de Estado da Guiné em 2008 e o golpe de Estado do Mali em 2012 eliminaram um total de 12 a 13,5 bilhões de dólares das suas economias em cinco anos, o que representou 76% do produto interno bruto (PIB) da Guiné em 2008 e quase metade do PIB do Mali em 2012.

No Burquina Faso, que registou dois golpes de Estado em 2020, o crescimento económico abrandou para 2,5% em 2022, depois de um robusto 6,9% no ano anterior, de acordo com a The Associated Press.

O golpe militar do Gabão, em Agosto de 2023, provocou uma queda abrupta das suas obrigações no mercado internacional.

"A tomada de poder pelos militares vai obrigar os investidores a reavaliar o seu interesse no Gabão e o panorama político mais vasto da região," Maja Bovcon, analista sénior para África da empresa de informação de riscos Verisk Maplecroft, disse à Reuters.

Na Guiné, imediatamente após o Coronel Mamady Doumbouya ter derrubado o governo em 2021, o sector mineiro do país viu os preços dispararem para o nível mais elevado da última década.

Doumbouya tentou tranquilizar os parceiros económicos e comerciais da Guiné. Pediu às empresas mineiras que prosseguissem o seu trabalho e isentou as zonas mineiras do recolher obrigatório nocturno. Mas o sector ficou muito danificado.

"A desculpa que a maioria dos golpistas dá para derrubar um governo em funções é sobretudo a má economia, a corrupção, a insegurança e a má governação," Israel Ojoko escreveu para o site de notícias nigeriano The Cable. "Mas acabam por não acrescentar qualquer valor."



Uma mulher selecciona os seus produtos numa loja em Siby, no Mali. Os países tendem a enfrentar uma série de dificuldades económicas após um golpe de Estado. AFP/GETTY IMAGES

PRIMEIRA MULHER GENERAL DO GANA RECORDADA ATRAVÉS DO SEU LIVRO DE MEMÓRIAS, ‘LADY IN BOOTS’

EQUIPA DA ADF

Foi uma vida cheia de estreias. A Major-General Constance Edjeani-Afenu, das Forças Armadas do Gana (GAF), foi pioneira como oficial militar, pacificadora e diplomata.

Morreu em 2022, mas o seu livro de memórias, “The Lady in Boots (A Dama de Botas),” foi publicado e lançado durante um evento no Burma Camp, em Setembro de 2023.

A irmã da falecida general, Akofa Edjeani, disse que espera que o livro possa ser distribuído pelas escolas secundárias do Gana para inspirar a próxima geração de mulheres líderes.

“Aos jovens que andam por aí, especialmente as mulheres... não tenham medo,” Edjeani disse à Agência de Notícias do Gana. “Saibam o que querem, o que são capazes de fazer e comecem. Quando se começa, acaba-se.”

Durante 41 anos de serviço militar, Edjeani-Afenu foi a primeira mulher comandante e a primeira mulher brigadeiro-general na história das GAF. Serviu em missões de manutenção da paz no Líbano, na Libéria e na República Democrática do Congo, onde foi a primeira mulher chefe de equipa na história dessa missão.

No seu último posto, na Missão das Nações Unidas para o Referendo no Sahara Ocidental, foi vice-comandante da força, a primeira mulher a ter esse título nessa missão.

Após a sua morte, na sequência de uma breve doença, o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, elogiou “o seu trabalho incansável para promover a inclusão e aumentar o número de mulheres nas operações de manutenção da paz em que serviu.”

Foi promovida, a título póstumo, de brigadeiro-general a major-general, numa acção aprovada pelo presidente.

Numa entrevista concedida no ano anterior à sua morte, apontou um atributo que a ajudou a ultrapassar as dificuldades.

“Penso que a disciplina nos levará a lugares de destaque, porque na disciplina há trabalho árduo, respeito e pontualidade,” Edjeani-Afenu disse ao Ghana Peace Journal em 2021. “Na vida, percebi-me que é mais fácil ser disciplinado do que ser indisciplinado... por isso, escolho a disciplina.”



Major-General Constance Edjeani-Afenu

MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA
O REFERENDO NO SAHARA OCIDENTAL

FORÇAS QUENIANAS E BRASILEIRAS Juntam-se num Curso de Guerra na Selva

FORÇAS DE DEFESA DO QUÊNIA

Membros da Força de Reacção Rápida (QRF) do Quênia e da Equipa Brasileira de Treino Móvel de Guerra na Selva concluíram um curso de três semanas de treino de guerra na selva no leste da República Democrática do Congo (RDC).

Ambas as unidades serviram na Missão de Estabilização das Nações Unidas na RDC. Cada unidade tem competências específicas a partilhar relacionadas com o funcionamento em terrenos difíceis e a condução de operações de contra-insurgência.

“A guerra na selva apresenta desafios únicos que exigem competências e táticas especializadas,” afirmou o Tenente-Coronel Ambrose Mwabili, comandante da QRF queniana. “Ao partilharmos as nossas experiências e ao aprendermos com os brasileiros, esperamos tornar-nos ainda mais eficazes na nossa missão de proteger os civis e manter a paz nesta região.”

O curso, ministrado perto da cidade de Beni em 2023, abordou temas como a navegação em folhagem densa, técnicas de sobrevivência, técnicas de patrulhamento e prestação de cuidados médicos em condições austeras. Os participantes foram submetidos a desafios físicos e mentais extenuantes para os preparar para a natureza imprevisível da guerra na selva.

“A diversidade dos nossos soldados e a experiência que adquirimos ao operar na floresta amazónica fazem de nós um parceiro valioso neste empreendimento,” disse o tenente-coronel brasileiro João Carlos Duque, que liderou a equipa de formação móvel. “Juntamente com os nossos colegas quenianos, pretendemos elevar a fasquia para as forças de manutenção da paz em ambientes de selva.”

Através do treino, a força queniana e a equipa brasileira esperavam criar laços mais fortes, trocar conhecimentos e emergir como unidades de manutenção da paz mais formidáveis.

Forças quenianas e brasileiras participam num treino de guerra na selva no leste da República Democrática do Congo.

FORÇAS DE DEFESA DO QUÊNIA





Forças de manutenção da paz garantem a segurança da Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul.

THE ASSOCIATED PRESS

ANALISTAS RECEIAM QUE A RETIRADA DAS FORÇAS POSSA PREJUDICAR A SEGURANÇA

EQUIPA DA ADF

Um relatório do Instituto de Estudos de Segurança alerta para o facto de a retirada das missões de manutenção da paz em África poder criar uma lacuna significativa em termos de segurança, conduzindo a mais violência e a um agravamento das condições humanitárias.

O relatório, publicado em Outubro de 2023, refere que, desde o início da retirada da Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas no Mali, em Julho de 2023, a insegurança aumentou. “O conflito entre os militantes e o exército nacional reacendeu-se e os ataques dos militantes aumentaram,” refere o relatório. “A frágil situação de segurança do Mali pode voltar aos níveis de 2012, quando os jihadistas tentaram apoderar-se de várias cidades importantes, incluindo Tombuctu.”

Durante mais de 60 anos, foram enviadas missões de manutenção da paz para toda a África. O relatório refere que mais de 13 missões lideradas pela ONU e cerca de 27 missões de apoio à paz lideradas por África gastaram milhares de milhões de dólares por ano e custaram a vida a milhares de soldados da paz.

Nos últimos anos, as missões da ONU no Mali, na República Democrática do Congo e na Somália foram alvo de fortes críticas por serem consideradas ineficazes. Nos três países, segundo o relatório, os pedidos de retirada foram motivados por “pressões políticas locais e internacionais, expectativas internas não satisfeitas de melhoria da segurança e cansaço do financiamento dos doadores.”

O relatório adverte que África deve preparar-se para preencher o “inevitável vazio de segurança” quando as forças de manutenção da paz deixarem de estar presentes. O documento afirma que, na ausência de forças de manutenção da paz da ONU, as nações africanas devem considerar abordagens regionais e continentais à segurança. Além disso, são necessárias “discussões francas e abertas” entre a ONU e a União Africana para colmatar o défice de segurança.

O relatório concluiu que o diálogo entre as duas organizações “deve ir além do financiamento de missões de paz e incluir a revisão da abordagem militarmente pesada da manutenção da paz.”

‘EXÉRCITO DIGITAL’ COMBATE A PROPAGANDA

DEFENCEWEB

A MONUSCO, na República Democrática do Congo (RDC), a MINUSCA, na República Centro-Africana, a MINUSMA, no Mali, e a UNMISS, no Sudão do Sul, estão envolvidas nas campanhas. As missões na RDC e no Mali começaram a ser encerradas em 2023.

A iniciativa foi concebida para lutar contra as falsidades que desencadeiam tensões, violência e morte, observou o organismo mundial. A ONU está a monitorizar a forma como a desinformação e o discurso de ódio podem afectar a saúde, a segurança e a estabilidade, e prejudicar o progresso em direcção aos objectivos de desenvolvimento sustentável.

As missões da ONU estão a utilizar smartphones e aplicativos de edição, juntamente com abordagens inovadoras, para construir um “exército digital” destinado a combater a desinformação nas redes sociais e não só. As missões da ONU em África e noutros locais relatam desinformação, no caso da MONUSCO já em 2019, através de campanhas nas redes sociais dirigidas ao seu trabalho de manutenção da paz.

“Está a decorrer uma guerra através das redes sociais, da rádio e dos meios de comunicação tradicionais,” disse a chefe da MONUSCO, Bintou Keita. “Combater a desinformação

mortal tem sido uma curva dolorosa para aprender sobre este novo campo de batalha, mas a missão é agora proactiva nas plataformas sociais e noutros meios de comunicação social para ajudar a travar a sua propagação.”

Para combater a desinformação, as forças de manutenção da paz da ONU colocaram novas ferramentas nas mãos de civis de todas as idades, incluindo Blessing Kasasi, de 15 anos, na RDC. Um activista que defende os direitos das mulheres e das crianças, participou num workshop em Kinshasa com 30 jovens para aprender a detectar “notícias falsas” e a combatê-las com a verdade.

O formador do workshop, Guillaume Kingh-Farel, disse que a desinformação é “usada como arma de guerra para minar os esforços de paz da MONUSCO na RDC.”

Assim, o workshop apoiado pela MONUSCO teve como objectivo formar “um exército digital capaz de detectar informações falsas” através da produção de conteúdos por meio de um smartphone e software de edição. O objectivo era difundir informações objectivas e credíveis através de “clubes de retransmissão” que divulgassem estas mensagens através das suas redes.

APESAR DOS CONTRATEMPOS, AS FORÇAS DE MANUTENÇÃO DA PAZ 'CONTINUAM A PROTEGER VIDAS'

NAÇÕES UNIDAS

O subsecretário-geral das Nações Unidas para as operações de paz sublinhou a necessidade de um apoio mais forte, mais consistente e unificado por parte dos países-membros para que a organização possa atingir os seus principais objectivos de manutenção da paz.

As crescentes divisões nacionais, combinadas com conflitos cada vez mais complexos, representam um desafio formidável para a manutenção da paz e da segurança, Jean-Pierre Lacroix disse aos embaixadores na sala do Conselho de Segurança.

“A manutenção da paz não é uma varinha mágica que ajuda um país a regressar à estabilidade, mas com o apoio de uma comunidade internacional unida, foram implementados processos políticos e acordos de paz,” disse Lacroix.

Salientou que as operações de manutenção da paz da ONU continuam a desempenhar um papel crucial na protecção dos civis apanhados no fogo cruzado. “Mesmo quando as soluções políticas para os conflitos parecem distantes, as forças de manutenção da paz continuam a proteger as vidas de centenas e milhares de civis nos países e regiões em que estamos destacadas,” afirmou.

A promoção da agenda Mulheres, Paz e Segurança continua a ser uma prioridade central da manutenção da paz da ONU, disse Lacroix, sublinhando a necessidade de envolver mais mulheres nos processos políticos para

forjar uma paz sustentável. Citou o exemplo da missão da MONUSCO na República Democrática do Congo, cujo apoio activo à participação das mulheres no Processo de Nairobi conduziu a uma representação significativa nas consultas entre o governo e os grupos armados.

Também estão a ser envidados esforços para alcançar a paridade de género na manutenção da paz, com as mulheres a constituírem 25,6% do pessoal uniformizado. Em meados de 2023, 38% dos chefes e 33% dos chefes-adjuntos das operações de manutenção da paz lideradas por civis eram mulheres.

Lacroix salientou o papel da tecnologia e dos dados no futuro da manutenção da paz, referindo a implementação em curso da Estratégia para a Transformação Digital da Manutenção da Paz da ONU.



O Subsecretário-geral das Nações Unidas, Jean-Pierre Lacroix, à esquerda, reúne-se com Bankole Adeoye, da União Africana, no início de 2023. AFP/GETTY IMAGES



Refugiados usam telemóveis para filmar um campo na República Democrática do Congo. As forças de manutenção da paz da ONU estão a equipar os jovens com smartphones e software de edição para difundir informações precisas através de “clubes de retransmissão.” AFP/GETTY IMAGES



Países do Golfo da Guiné

Unem Forças Para Proteger o Domínio Marítimo

EQUIPA DA ADF

Os armadores que operam no Golfo da Guiné receberam um alerta de pirataria em Junho de 2023, depois de os piratas terem atacado um navio graneleiro suíço e ferido alguns dos seus tripulantes ao largo de Conacri, na Guiné.

Quatro criminosos armados entraram a bordo do navio e roubaram dinheiro de um cofre antes de fugirem, de acordo com a TradeWinds, uma fonte de notícias sobre navegação. Tratou-se de um dos mais recentes incidentes de pirataria registados na África Ocidental após anos de declínio dos ataques, incluindo 81 em 2020, 34 em 2021 e apenas três em 2022.

Para combater a pirataria, a pesca ilegal e outros crimes marítimos, o Benin, a Nigéria e o Togo realizaram, em meados de Setembro de 2023, uma operação de segurança marítima de cinco dias, conhecida como Operação Domínio Seguro II.

Lançada a partir da base naval do porto de Cotonou, no Benin, a operação contou com a participação de barcos de patrulha do Benin e do Togo e de uma aeronave nigeriana. Aquelas nações são membros da Zona Marítima E, que faz parte da Arquitectura de Yaoundé para a Protecção e Segurança Marítima.

A África Ocidental perde cerca de 9,4 bilhões de dólares por ano, devido

à pesca ilegal, principalmente praticada pela China, que possui a maior frota de pesca em águas longínquas do mundo e o pior registo de pesca ilegal do mundo, de acordo com o Índice de Pesca INN. O índice monitoriza a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada.

Os arrastões de fundo chineses capturam cerca de 2,35 milhões de toneladas de peixe por ano na região, o que representa 50% do total das capturas chinesas em águas longínquas e vale cerca de 5 bilhões de dólares, informou a Fundação para a Justiça Ambiental.

O Comodoro Richard Shammah, diretor do Centro Regional de Coordenação da Segurança Marítima, na África Ocidental, afirmou que os países estão cada vez mais conscientes do valor económico das suas águas e que, para que a economia azul de um país prospere, o seu domínio marítimo tem de estar seguro.

“Esta operação é necessária para que possamos ter uma linha marítima de comunicação e comércio e nenhum país o pode fazer sozinho, daí o esforço de colaboração,” disse Shammah durante a operação. “Rezo para que as metas e os objectivos desta colaboração sejam alcançados, porque isso também tenderá a desenvolver a capacidade das nossas marinhas.”

Seguro II, uma acção conjunta de segurança marítima e esforço de patrulha que envolveu as marinhas de Benin, Nigéria e Togo.

GOVERNO DO BENIN

A Pew Charitable Trusts destacou a importância da colaboração e da cooperação para eliminar o flagelo num relatório de 2023 intitulado “To End Illegal Fishing, Countries Must Work Together (Para acabar com a pesca ilegal, os países têm de trabalhar juntos).” O relatório defende que a coordenação regional pode ajudar os países a combater crimes específicos, como o transbordo, a prática de transferir peixe de um navio de pesca para um navio de carga refrigerado. Também conhecida como “saiko,” esta prática permite aos navios evitar os limites de captura.

“Aumentar a cooperação e a coordenação regional é um passo difícil mas necessário para ajudar a erradicar a pesca INN, melhorar a saúde dos oceanos e trazer benefícios — incluindo credibilidade internacional — a todos os Estados envolvidos,” escreveram as autoras do relatório, Katherine Hanly e Tahiana Fajardo Vargas.



Exercício da SADC no Botswana TESTA AS COMUNICAÇÕES

EQUIPA DA ADF

Uma comunicação eficaz é fundamental para qualquer operação bem-sucedida, mas torna-se exponencialmente mais difícil quando a operação envolve vários países com uma variedade de tecnologias e técnicas.

Este facto esteve na base das comunicações do Exercício Dipuisano no Botswana da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). “Dipuisano” significa “discussões” em Sesotho.

À medida que as nações africanas se esforçam por responder a crises com intervenções organizadas a nível regional, a capacidade de comunicar sem problemas torna-se mais importante do que nunca. As comunidades económicas regionais, como a SADC, estão a trabalhar para melhorar os padrões de comunicação, o Brigadeiro-General Oreeditse Sheriff Tsamaase, da Força de Defesa do Botswana, disse durante o exercício.

O exercício de duas semanas reuniu representantes militares, agentes da polícia e civis de 10 membros da SADC: Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Malawi, Namíbia, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

“O exercício é importante para a Namíbia, pois fornece uma plataforma para a [Força em Estado de Alerta] da SADC testar o equipamento de comunicação, que, na maioria dos casos, é de diferentes fabricantes com diferentes formatos,” Coronel Petrus Shilumbu, porta-voz do Ministério da Defesa e Assuntos dos Veteranos da Namíbia, disse à ADF por e-mail. A Namíbia enviou 21 representantes para o evento.

A SADC criou a sua Força em Estado de Alerta, também conhecida como Brigada de Intervenção, em 2008, para responder a crises regionais. Tornou-se totalmente operacional em 2017.

A Força em Estado de Alerta da SADC é uma das cinco forças regionais que contribuem para a Força de Intervenção Africana criada pela União Africana. A Força em Estado de Alerta da SADC tem por missão a manutenção da paz nos países afectados por perturbações políticas. A força destina-se a restabelecer a paz e a actuar para evitar a propagação da instabilidade de um país para os seus vizinhos.

A força foi destacada em 2021 como uma missão de contra-insurgência para apoiar Moçambique na luta contra o terrorismo e o extremismo violento em Cabo Delgado, a província rica em gás que faz fronteira com a Tanzânia. Essa missão continua.

“O exercício permitiu perceber que existem desafios nas comunicações, especialmente na interoperabilidade do equipamento, nos procedimentos de voz e na ausência de procedimentos operacionais normalizados,” Shilumbu disse à ADF.

Soldados namibianos em sentido no Botswana durante o Exercício Dipuisano.

MINISTÉRIO DA DEFESA E DOS VETERANOS DA NAMÍBIA

Países Africanos Aderem ao Programa de Parceria Estadual

GUARDA NACIONAL DOS ESTADOS UNIDOS

O Programa de Parceria Estadual (PPE), da Guarda Nacional do Departamento de Defesa dos EUA, adicionou novas nações parceiras em África no 30.º ano do programa.

O Malawi e a Zâmbia juntaram-se a 17 outros países africanos no programa. Criado em 1993, envolve actualmente mais de 45% dos países do mundo, juntamente com a Guarda Nacional de todos os Estados e territórios dos EUA.

O programa desenvolve relações duradouras com os países parceiros e realiza actividades para reforçar as capacidades, melhorar a compatibilidade e melhorar o acesso e a influência dos EUA. Também aumenta a prontidão das forças dos EUA e dos parceiros para enfrentar os desafios emergentes.

O PPE cria parcerias fortes e estratégicas, através de compromissos entre exércitos, exercícios e compromissos com os principais líderes. Estas relações conduzem frequentemente a destacamentos conjuntos e a estreitas relações civis, governamentais e comerciais.

Através do PPE, os membros da Guarda Nacional treinam e aprendem com os seus homólogos estrangeiros e tornam-se mais conscientes do ambiente global em que operam.

O programa será aperfeiçoado e alargado nos próximos meses e anos, segundo o General do Exército Daniel Hokanson, chefe do Gabinete da Guarda Nacional.

“Não temos condições prévias,” afirmou. “Não temos uma agenda oculta. Estamos aqui para promover o que for melhor para a América e para os nossos aliados e parceiros, com base em valores partilhados e interesses comuns.”



Um sargento da Guarda Nacional de Massachusetts trabalha com soldados das Forças de Defesa do Quênia durante um teste de alinhamento do controlo de fogo de um morteiro em Isiolo, Quênia.

SARGENTO MILES O. ANDRADE/EXÉRCITO DOS EUA

Recordando os ‘Fantasmas’ dos Batalhões Kagnew da Etiópia

ADF STAFF

Quando as Nações Unidas pediram aos seus países-membros que intervissem na Guerra da Coreia, em 1950, mais de 20 nações enviaram soldados para a luta. Duas nações africanas ofereceram-se para enviar tropas: África do Sul e Etiópia.

Para o imperador etíope, Haile Selassie, o combate era crucial devido à história da sua nação. Quando a Itália invadiu o seu país em 1935, Selassie pediu à Liga das Nações que viesse em auxílio da Etiópia, mas não recebeu qualquer apoio. Por isso, quando a ONU pediu ajuda para a Coreia, ele estava ansioso por mostrar o seu empenho nas forças regionais. Os seus soldados, os Batalhões Kagnew, receberam o nome do cavalo de guerra do pai de Selassie. E lutaram como nenhum outro exército.

Os Batalhões Kagnew tinham o seu próprio código de conduta de guerra. Nunca deixaram um soldado para trás, ferido ou morto. Nunca nenhum soldado etíope foi capturado pelos norte-coreanos ou pelos chineses. Os norte-coreanos e os chineses, que nunca tinham visto soldados negros, passaram a temê-los e à sua língua desconhecida, chamando-lhes “fantasmas.” Um académico salientou mais tarde que os Kagnews “tinham uma afinidade especial para se movimentarem e lutarem no escuro.”

Na altura, as Forças Armadas da Etiópia eram constituídas pela Divisão Imperial de Guarda-Costas,

três divisões do exército, uma pequena força aérea com alguns bombardeiros ligeiros suecos e um exército de reserva provincial. A Divisão Imperial de Guarda-Costas, conhecida como Kebrur Zabagna, era a divisão de elite, e os batalhões destinados à Coreia eram maioritariamente provenientes das suas fileiras.

Antes de irem para a Coreia, as tropas treinaram durante oito meses sob condições intensas nas montanhas da Etiópia, que tinha um terreno semelhante ao da Península da Coreia.

O primeiro batalhão de Kagnews, com 1.122 soldados, partiu de Djibouti e continuou a treinar a bordo do navio durante a viagem de três semanas. Chegaram à Coreia em Maio de 1951 e foram designados por EEFK, abreviatura de Ethiopian Expeditionary Force-Korea (Força Expedicionária Etíope-Coreia).

O Exército dos Estados Unidos apercebeu-se rapidamente de que os etíopes não necessitavam de treino adicional e destacou-os para a 7.ª Divisão de Infantaria dos Estados Unidos.

As condições nem sempre foram ideais. Muitos dos soldados etíopes nunca tinham visto neve e não estavam habituados aos rigorosos invernos coreanos. Os etíopes não sabiam falar inglês e, embora tivessem treino militar, este era diferente das táticas dos EUA. Mas, na linha da frente, a sua ferocidade valeu-lhes

a admiração dos seus colegas soldados, que demonstraram o seu respeito referindo-se oficialmente a eles como os Kagnews, em vez de EEFK. Em menos de um ano, estavam a dirigir as suas próprias operações. À medida que a guerra avançava, a Etiópia enviou mulheres para a Coreia para trabalharem como enfermeiras.

Talvez as batalhas mais famosas da guerra tenham sido as duas de Pork Chop Hill, em 1953, travadas enquanto a China e a Coreia do Norte tentavam negociar um acordo de cessar-fogo com as forças da ONU. A certa altura, conforme observou o historiador de combate S.L.A. Marshall, “oito etíopes caminharam 800 metros pela terra de ninguém e subiram a encosta da colina T-Bone até às trincheiras inimigas,” enquanto as forças inimigas observavam. “Quando voltámos a olhar, os oito tinham-se tornado 10,” escreveu Marshall. “A patrulha estava a arrastar dois prisioneiros chineses, depois de os ter arrancado do abraço do batalhão comunista.”

No decurso da guerra, 3.158 etíopes prestaram serviço, com 121 mortos e 536 feridos. Os Batalhões Kagnew combateram 238 vezes e foram galardoados com muitas citações de unidade e individuais por bravura.

Quando os combates cessaram, os etíopes não tinham soldados para recolher na troca de prisioneiros porque nenhum soldado Kagnew se tinha rendido.



Distintivo do Soldado de Infantaria da Etiópia

DICAS

- 1 Esta terra é conhecida pela sua diversidade, densidade e número de espécies vegetais endémicas.
- 2 A propriedade é um dos seis reinos florais do mundo.
- 3 Representa 0,5% da superfície terrestre de África, mas alberga cerca de 20% da flora do continente.
- 4 Estima-se que existam cerca de 9.000 espécies de plantas na região, das quais 1.736 estão ameaçadas e 3.087 são motivo de preocupação em termos de conservação.





PARTILHE O SEU CONHECIMENTO

Deseja ser publicado?

A Africa Defense Forum (ADF) é uma revista militar profissional que serve como um fórum internacional para militares e especialistas de segurança em África.

A revista é publicada trimestralmente pelo Comando Africano dos Estados Unidos e aborda temas como estratégias de combate ao terrorismo, operações de defesa e segurança, crime transnacional e questões que afectam a paz, estabilidade, boa governação e prosperidade.

O fórum permite que haja um debate aprofundado e intercâmbio de ideias. Gostaríamos de ouvir a opinião de pessoas das nossas nações parceiras africanas que compreendem os interesses e os desafios do continente. Submeta um artigo para publicação na ADF e deixe a sua opinião ser ouvida.

Normas Para Publicação de Artigos na ADF

REQUISITOS EDITORIAIS

- A preferência é para artigos com aproximadamente 1.500 palavras.
- Os artigos podem ser editados para se ajustarem ao estilo e espaçamento, mas a ADF irá colaborar com o autor quanto às alterações finais.
- Inclua uma pequena biografia sua com informações de contacto.
- Se possível, inclua uma fotografia sua de alta resolução e imagens relacionadas ao seu artigo com legendas e informações sobre os créditos da foto.

DIREITOS

Os autores mantêm todos os direitos sobre o seu material original. No entanto, reservamo-nos o direito de editar artigos para que estejam em conformidade com os padrões do AP e do espaço. A apresentação do artigo não garante a sua publicação. Ao contribuir para a ADF, o autor concorda com estes termos.

SUBMISSÕES

Envie todas as ideias de reportagens, conteúdos e dúvidas para a Equipa Editorial da ADF através do ADF.EDITOR@ADF-Magazine.com. Ou envie a sua correspondência para um dos seguintes endereços:

Headquarters, U.S. Africa Command
ATTN: J3/Africa Defense Forum Staff
Unit 29951
APO AE 09751 USA

Headquarters, U.S. Africa Command
ATTN: J3/Africa Defense Forum Staff
Kelley Kaserne
Geb 3315, Zimmer 53
Plieninger Strasse 289
70567 Stuttgart, Germany



ESTÁ ANSIOSO PELA PRÓXIMA EDIÇÃO?

Em ADF-Magazine.com, trazemos para si uma cobertura aprofundada de questões da actualidade que afectam a paz e a estabilidade todas as semanas. Confira a nossa página da internet e tenha as mesmas notícias fiáveis e credíveis sobre segurança, trazidas semanalmente, cobrindo todo o continente.



FIQUE LIGADO

Caso queira ficar ligado nas redes sociais, siga a ADF no Facebook, Twitter e Instagram ou pode juntar-se à nossa lista de e-mails, inscrevendo-se na nossa página da Internet, ADF-Magazine.com, ou enviando um email para News@ADF-Magazine.com.